



PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE
BENAVENTE — PRIMEIRA REVISÃO —

MARÇO 2015

RESUMO NÃO TÉCNICO_ 4_{RNT}

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	3
2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	4
3. OBJECTO DE AVALIAÇÃO ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BENAVENTE	7
3.1. OBJECTO DE AVALIAÇÃO	7
3.2. ALTERNATIVAS DE LOCALIZAÇÃO	10
4. ELEMENTOS DETERMINANTES PARA A DEFINIÇÃO DOS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	11
4.1. OPÇÕES ESTRATÉGICAS E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE.....	12
4.2. DEFINIÇÃO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO PARA A PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE	16
4.3. IDENTIFICAÇÃO DOS FACTORES AMBIENTAIS RELEVANTES PARA A PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE	18
5. FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO	19
5.1. DESCRIÇÃO DOS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO E SEUS OBJECTIVOS.....	19
5.1.1. DESENVOLVIMENTO DE BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL.....	19
5.1.2. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA / ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	22
5.1.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	26
5.1.4. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL	28
5.1.5. PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO DE RISCOS	32
5.1.6. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	35
5.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS	37
5.2.1. DESENVOLVIMENTO DE BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL.....	37
5.2.2. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	38
5.2.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	39
5.2.4. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL	40
5.2.5. PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO DE RISCOS	42
5.2.6. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	43
5.3. EFEITOS ESPERADOS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE POR FACTOR CRÍTICO PARA A DECISÃO	44
5.3.1. DESENVOLVIMENTO DE BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL.....	44
5.3.2. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	47
5.3.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	54
5.3.4. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL	56
5.3.5. PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO DE RISCOS	64
5.3.6. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	67
5.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS PARA O AMBIENTE PREVISTAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE.....	77
5.4.1. DESENVOLVIMENTO DE BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL.....	77
5.4.2. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	78
5.4.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	79
5.4.4. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL	80

5.4.5. PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO DE RISCOS	81
5.4.6. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	82
5.5. DIRECTRIZES PARA SEGUIMENTO	83
5.5.1. DESENVOLVIMENTO DE BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL.....	83
5.5.2. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE	85
5.5.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO.....	87
5.5.4. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL	87
5.5.5. PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO DE RISCOS	91
5.5.6. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO	94
6. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO	95
7. ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO	96
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	97

1. INTRODUÇÃO

A **Avaliação Ambiental Estratégica** (AAE) de Planos é um procedimento obrigatório em Portugal que decorre da publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, o qual consagra no ordenamento jurídico nacional os requisitos legais europeus estabelecidos pela Directiva 2001/42/CE, de 25 de Junho.

No caso específico dos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), a aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica encontra-se corporizada no contexto jurídico-administrativo pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro (que altera e republica o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro) em articulação com o Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho.

Constituindo um instrumento da política de ambiente, a AAE tem como principal objectivo o estabelecimento de um nível elevado de protecção do ambiente e a promoção da integração das questões ambientais e de sustentabilidade nas diversas fases de preparação e desenvolvimento de Planos, que assegurem uma visão estratégica e contribuam para processos de decisão ambientalmente sustentáveis.

Assim, com a aplicação da AAE pretende-se estabelecer um nível elevado de protecção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais nas diversas fases de preparação do Plano.

O processo de AAE dá lugar à elaboração de um Relatório Ambiental, e respectivo Resumo Não Técnico, nos quais serão identificados, descritos e avaliados os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do Plano.

Tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis, o conteúdo e o nível de pormenor do Plano, o Relatório Ambiental deve incluir as informações que razoavelmente possam ser necessárias para o processo de tomada de decisões.

Concluída a elaboração da proposta de Plano e previamente à sua aprovação, os elementos do Plano, bem como o Relatório Ambiental e respectivo Resumo Não Técnico, que dele fazem parte integrante, são submetidos a Discussão Pública¹, de forma a assegurar um processo participativo.

¹ No que diz respeito ao Envolvimento Público e Institucional, e de acordo com o n.º 3 do artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro (alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro), articulado com o artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, concluída a elaboração da proposta de Plano e previamente à sua aprovação, é instituída uma fase de consulta pública, suportada pelos elementos do Plano, incluindo o Relatório Ambiental e o presente Resumo Não Técnico.

2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A Avaliação Ambiental Estratégica segue, metodologicamente, as linhas de orientação presentes no “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (APA, 2007) e no documento de Orientação elaborado pela Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano intitulado “Guia da Avaliação Ambiental Estratégica dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008), assumindo as devidas alterações impostas pela maturidade do Plano em análise.

A AAE da proposta de revisão do PDM de Benavente desenvolve-se em diversos momentos, articulados entre si, destacando-se:

- Definição do âmbito e do alcance da avaliação ambiental estratégica (integra o **Relatório de Factores Críticos**);
- **Consulta às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas**, de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho;
- Análise e avaliação ambiental das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente (integra o **Relatório Ambiental** e respectivo **Resumo Não Técnico**);
- **Consulta pública**, de acordo com o disposto no artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho;
- Elaboração da **Declaração Ambiental**;
- Acompanhamento da **Execução do Plano** e **Monitorização** da AAE.

O momento de **definição do âmbito**, expresso no Relatório de Factores Críticos, implicou:

- Reconhecimento das Opções Estratégicas de desenvolvimento e respectivos objectivos estratégicos;
- Reconhecimento de base territorial das referidas opções estratégicas e respectivas implicações ambientais;
- Reconhecimento dos problemas, ameaças e oportunidades em função do enquadramento territorial existente e dos objectivos estratégicos do Plano;
- Definição do Quadro de Referência Estratégico para o PDM de Benavente;
- Identificação e caracterização das questões ambientais relevantes para o PDM de Benavente promovendo a selecção dos factores ambientais relevantes, com base nos elementos de diagnóstico que suportam a elaboração do Plano, na legislação e na informação de base aplicável;

- Identificação e caracterização das questões ou domínios que devam ser avaliados, em matéria de sustentabilidade ambiental, recorrendo a indicadores;
- Definição dos objectivos de sustentabilidade tendo em consideração a avaliação de impactes de todas as intervenções que se pretendem concretizar na área do Plano.

O momento da **Consulta às Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas**, de acordo com o disposto no n.º 3, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, envolveu a consulta sobre o âmbito da AAE (Relatório de Factores Críticos) às entidades com responsabilidades ambientais específicas (no mínimo), às quais possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano (de acordo com o n.º 2, do artigo 75º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3, do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

O momento de **análise e avaliação ambiental** envolveu a integração dos seguintes elementos:

- Caracterização da situação existente e análise das principais tendências na ausência da execução do Plano;
- Análise dos efeitos esperados com a implementação do Plano;
- Avaliação estratégica de oportunidades e riscos;
- Proposta de um programa de seguimento, com directrizes para planeamento, monitorização e gestão;
- Estabelecimento de um quadro de governança para a acção;
- Estabelecimento de orientações para a implementação de um plano de controlo para acompanhamento do processo.

Antes da aprovação do Plano e do respectivo Relatório Ambiental, a Câmara Municipal promove um período de **Consulta Pública** às entidades com responsabilidades ambientais específicas, para emissão de parecer (de acordo com o n.º 2, do artigo 75.º-A do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro, conjugado com o n.º 3, do artigo 7.º, do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho).

Do processo de AAE decorre ainda a elaboração da **declaração ambiental**, pela entidade responsável pelo Plano (no presente caso a Câmara Municipal de Benavente), que reflecte a forma como as considerações ambientais são tidas em consideração durante a preparação e elaboração do Plano, incorporando orientações para a implementação do Plano de Controlo e as medidas de controlo.

Numa fase posterior, a Câmara Municipal de Benavente deverá **monitorizar** os efeitos significativos decorrentes da aplicação / execução do PDM de Benavente no ambiente, verificando se estão a ser cumpridas as medidas constantes da Declaração Ambiental, utilizando os indicadores de execução do Plano.

3. OBJECTO DE AVALIAÇÃO ENQUADRAMENTO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BENAVENTE

3.1. OBJECTO DE AVALIAÇÃO

O objecto da presente avaliação ambiental estratégica consubstancia-se na Proposta de **Revisão do Plano Director Municipal de Benavente**.

O Plano Director Municipal de Benavente (PDMB) é um instrumento de gestão do território de âmbito municipal, integrado nos planos municipais de ordenamento do território, também designados por PMOT.

De acordo com o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (RJIGT) os PMOT *“concretizam, para uma determinada área do território municipal, a política de ordenamento do território e de urbanismo, fornecendo o quadro de referência para a aplicação das políticas urbanas e definindo a estrutura urbana, o regime de uso do solo e os critérios de transformação do território”*.

O Plano Director Municipal de Benavente (elaborado entre 1991 e 1995), foi ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 164/95, de 7 de Dezembro de 1995 e sofreu, entretanto, três alterações e uma suspensão parcial.

Estas alterações evidenciam já uma dinâmica real, que apontam para a necessidade de um plano director mais operativo. As grandes dinâmicas de transformação do território decorrentes da construção do Novo Aeroporto de Lisboa, TGV, A-10 e A-13 são, de facto, factores estruturantes e com fortíssimas capacidades de produzir efeitos multiplicadores. O plano director municipal tem, portanto, de se preparar para os absorver esses efeitos, de uma forma sustentável.

Nos termos da informação constante no relatório do Plano e do ponto de vista da Estrutura de Ordenamento, há que enquadrá-la na filosofia do Decreto-Lei n.º 380/99, com a sua nova redacção, o que implica repensar uma nova classificação das diferentes classes de espaço.

A redefinição dos parâmetros urbanísticos e do regime de uso do solo através da sua reclassificação e requalificação, para além do reajustar das unidades operativas de planeamento e gestão para efeitos de programação da sua execução, estabelecendo os respectivos objectivos, constituem um desafio associado à revisão do PDM de Benavente.

Acresce, ainda, a necessidade de equacionar os perímetros urbanos e as classes de solo em que estes se subdividem, interpretando-os e redefinindo-os de acordo com o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial.

Contudo, a aposta e o principal desafio é garantir uma ferramenta para o ordenamento integrado e sustentável, implicando, nos actuais contextos:

- *Programar a execução do plano e das áreas programadas pelo plano;*
- *Definir uma política municipal de solos que garanta alternativas quando, no âmbito da gestão urbanística, se tem de dizer “não”;*
- *Assumir mecanismos de redistribuição de benefícios e encargos resultantes do plano;*
- *Assumir uma atitude positiva face ao plano e fazer com que as coisas aconteçam... não deixando, apenas, aos privados, a responsabilidade da acção e da concretização;*
- *Assumir uma atitude de proximidade negocial com os promotores, dando-lhes espaço para as suas intervenções (investimentos), mas exigindo-lhes a concretização de formas e estruturas urbanas de, efectivo, interesse público.*

Constitui ainda objectivo da revisão do PDM promover um equilíbrio entre as expectativas e estratégias de desenvolvimento municipal e as orientações contidas nos principais documentos orientadores para a definição de opções de política de âmbito nacional como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), ou de âmbito supra-municipal como o PROT-AML (apesar da não integração do Concelho de Benavente na Área Metropolitana de Lisboa, encontra-se sob sua influência), o PROT - Oeste e Vale do Tejo, que impõem referenciais e dinâmicas de desenvolvimento.

Neste contexto, e reconhecendo os elementos de força do território concelhio como a Identidade/Estrutura Biofísica, a Qualificação/Estruturação Urbana, o Turismo, a Atractividade Económica, a Acessibilidade/Mobilidade e a Identidade/História e Memória, é promovida a elaboração da proposta de revisão do PDM, suportada pela concepção de um modelo estratégico de desenvolvimento para o Concelho.

No relatório do Plano, no capítulo quatro, denominado “Bases para a definição de uma estratégia” encontram-se identificados os determinantes do modelo estratégico de desenvolvimento centrados em quatro componentes:

- Desenvolvimento do Ambiente Urbano
- Desenvolvimento da Base Económica Empresarial
- Desenvolvimento Ambiental / Natural

- Desenvolvimento do Sector do Turismo, Lazer e Recreio

As quais deverão ser desenvolvidas sob o desafio da Sustentabilidade, Competitividade e Coesão Social.

Estes componentes do modelo de desenvolvimento estratégico para o Concelho estiveram na base da definição das seguintes Opções Estratégicas, definidas em sede de AAE:

- Reestruturar e Qualificar a Rede Urbana Municipal.
- Fortalecer e Diversificar a Base Económica / Empresarial.
- Garantir a Manutenção da Qualidade da Paisagem e do Sistema Natural – Elemento Estruturante do Território bem como do património cultural existente.
- Desenvolver Sustentadamente o Sector do Turismo e “Construir um Território de Lazer”.

Ancorado no modelo de desenvolvimento proposto, foram ainda definidos os objectivos estratégicos inerentes à proposta de revisão do Plano Director Municipal de Benavente, também identificados nos elementos que acompanham a proposta de revisão do PDMB, designadamente no relatório do plano.

3.2. ALTERNATIVAS DE LOCALIZAÇÃO

A revisão do PDM de Benavente encontra-se suportada por um vasto conjunto de estudos de suporte dos quais se destacam o “*Relatório de Fundamentação das Opções do Plano*” e os “*Estudos de Caracterização Territorial*”. Os estudos referidos apresentam, caracterizam e analisam o território, demonstrando as evoluções das diferentes dinâmicas e perspectivando o desenvolvimento futuro das mesmas.

A proposta de Revisão do Plano Director Municipal de Benavente “*implica a adopção de um novo Modelo Estratégico de Desenvolvimento mas, também, a adopção de um novo Modelo de Ordenamento, que traduza e reflecta esse Modelo Estratégico e o posicionamento municipal. Se o Modelo Estratégico de Desenvolvimento integrará as estratégias, as prioridades e as orientações políticas municipais na condução do processo de desenvolvimento municipal, o Modelo de Ordenamento implicará, naturalmente, a introdução de alterações à classificação actual solo*” (Relatório de Fundamentação, 2010).

Como apresentado nos documentos que suportam a revisão do PDM, “*O desenho do modelo estratégico de desenvolvimento, tem como preocupações fundamentais ir ao encontro dos princípios desenvolvidos pelo EDEC – Esquema de Desenvolvimento do Espaço Comunitário (1999) que aponta a coesão económica e social, a preservação do património cultural e natural e a competitividade mais equilibrada do território como objectivos chave do ordenamento do território*” tendo sido estes os vectores para a definição da estratégia de desenvolvimento agora apresentada.

Pelo exposto, e pela análise exaustiva, argumentação e justificações apresentadas nos diferentes documentos que suportam a revisão do PDM de Benavente não foram consideradas alternativas à estratégia proposta considerando-se que a mesma responde às melhores opções a serem tomadas para o desenvolvimento do território.

4. ELEMENTOS DETERMINANTES PARA A DEFINIÇÃO DOS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os FCD constituem os temas mais importantes a serem abordados no âmbito da AAE, tendo como objectivo assegurar a focagem da AAE, identificando os aspectos que deverão ser considerados aquando da tomada de decisão.

A determinação dos **Factores Críticos para a Decisão** (Figura 1) resulta da análise que considera a integração das Opções Estratégicas (QE), apresentadas na proposta de revisão do PDM de Benavente, dos objectivos de cada um dos instrumentos de referência estratégica (QRE), tomando em consideração os Factores Ambientais (FA) seleccionados de entre os legalmente estabelecidos, tendo por base o reconhecimento prévio das especificidades do território abrangido pelo Plano.

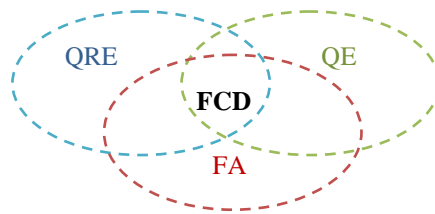


Figura 1 – Representação esquemática da determinação dos FCD (Partidário, 2007).

4.1. OPÇÕES ESTRATÉGICAS E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE

De forma a dar cumprimento a um passo metodológico da AAE, os objectivos da proposta de revisão do PDM de Benavente, que integram domínios de carácter ambiental, social e de ordenamento do território, apoiaram a definição das seguintes opções estratégicas, em sede de AAE:

- Reestruturar e Qualificar a Rede Urbana Municipal
- Fortalecer e Diversificar a Base Económica / Empresarial
- Garantir a Manutenção da Qualidade da Paisagem e do Sistema Natural – Elemento Estruturante do Território bem como do património cultural existente
- Desenvolver Sustentadamente o Sector do Turismo e “Construir um Território de Lazer”

O Quadro 1 estabelece a relação entre as opções estratégicas definidas para a proposta de revisão do PDM de Benavente e os respectivos objectivos estratégicos.

Quadro 1 – Relação entre as opções estratégicas e os objectivos estratégicos da proposta de revisão do PDM de Benavente

Opções Estratégicas	Objectivos Estratégicos
<p>REESTRUTURAR E QUALIFICAR A REDE URBANA MUNICIPAL</p> <p>(Coesão Social)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Transformar os territórios, criando regulamentação urbana de raiz - Promover a inclusão social, principalmente dos grupos mais vulneráveis, como crianças, idosos e deficientes - Estruturar o território urbano – Revitalizar o centro, qualificar a periferia – polinucleado <ul style="list-style-type: none"> • Reabilitar e revitalizar as zonas antigas • Estruturar as segundas coroas • Estudar ofertas diferenciadas de espaços urbano-residenciais com fim de atrair um leque diversificado de população potencial, garantindo altos índices de habitabilidade, urbanidade e ruralidade • Apostar nos usos públicos enquanto motores da qualidade urbana • Promover o re-equilíbrio funcional – minimizar efeitos negativos da proximidade entre funções díspares (habitação e indústria) ou entre esta e o meio natural • Promover uma política de requalificação do edificado, com a participação da população • Afirmar o sistema biofísico como estruturante e estruturador da organização territorial - Reforçar as mobilidades internas e externas, com a melhoria das condições de segurança, de circulação e ambientais – a mobilidade como sustentáculo da posição metropolitana <ul style="list-style-type: none"> • Modernizar e Reestruturar da rede de transportes públicos • Assegurar canais de mobilidade de distribuição entre sedes de freguesia e com o exterior • Resolução do trânsito de atravessamento do interior da sede do concelho • Criar uma malha urbana coerente de estruturação dos aglomerados - Criar e estruturar uma rede qualificada de espaços de encontro e socialização, integrando espaços naturais complementares, salvaguardando a identidade dos lugares <ul style="list-style-type: none"> • Valorizar os espaços públicos – percursos de ligação em rede (Programar o tratamento dos largos, praças e jardins urbanos e criar percursos pedonais de ligação e relação entre eles e Potenciar a criação de espaços de enquadramento aos equipamentos, como praças ou jardins onde possam ocorrer acontecimentos sociabilizantes) • Valorizar a Estrutura Ecológica Municipal, entendendo-a como instrumento capaz de preservar e valorizar o património natural do concelho, promovendo a sua ligação ao património construído, nomeadamente aglomerados com características de interesse para o registo histórico do povoamento, mas também capaz de garantir a qualidade ambiental dos espaços urbanos e a sua articulação com os espaços rurais. • Valorizar elementos naturais no interior e na envolvente dos aglomerados - espaços de ligação ao território rural (Dar continuidade às intervenções de qualificação das frentes ribeirinhas; Garantir a defesa e o tratamento paisagístico das linhas de água que atravessam os aglomerados; Definir percursos de interesse paisagístico; Recuperar e reconverter para usos atractivos antigas estruturas agrícolas e assim permitir um maior contacto com sítios de interesse; Estabelecer protocolos que permitam pensar em instalar centros de educação e informação ambiental e Incentivar promotores ou entidades (por exemplo a Companhia das Lezírias) a apostarem em formas de turismo da natureza ou ecoturismo) • Nas freguesias mais dinâmicas torna-se relevante assegurar a qualidade dos espaços públicos e de lazer, numa concertação entre promotores e poder local. - Melhoria dos sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e do sistema de gestão de resíduos

Opções Estratégicas	Objectivos Estratégicos
<p>FORTALECER E DIVERSIFICAR BASE ECONÓMICA / EMPRESARIAL</p>	<p>- Reforçar articulações funcionais a nível regional apostando na especialização – Benavente como interface entre a AML e o território nacional/internacional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Articulação com a perspectiva do futuro traçado TGV/Implementação dos traçados alternativos de transporte público • Qualificar a imagem das zonas de localização empresarial existentes (Assumir a imagem das zonas industriais como preocupação, por operações de desenho urbano; Programar a instalação de equipamentos e serviços de apoio empresarial; Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicações e partilha e troca de informação; Definir rede viária estruturante e clarificar a forma como se relaciona com a rede municipal) • Planejar os espaços e os eixos preferenciais de localização empresarial (Potenciar os espaços de proximidade com os nós da A-10 e A-13; Apostar na imagem atractiva destas zonas como zonas empresariais de excelência; Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicações e partilha e troca de informação; Oferecer espaços públicos e espaços verdes qualificados e um programa de serviços e equipamentos de apoio atractivo; Apostar nos serviços terciários qualificados em especial ensino superior e empresas de base tecnológica como âncoras possíveis) • Apostar na atracção de actividades qualificadas que tirem partido do quadro locativo existente – interface AML (Oferecer espaços apropriados para a Logística em especial ao longo dos eixos da EN-10 e da EN-118; Explorar possibilidade de instalar Serviços especializados de apoio às actividades existentes no domínio da investigação; Procurar incentivar uma forte relação entre o Pólo da Universidade Lusófona previsto para Santo Estêvão e a base económica local; Programar e capitalizar a presença de uma unidade de ensino universitário como factor de localização capaz de fixar e atrair um tecido empresarial mais qualificado) • Monitorização da indústria extractiva • Procurar oferecer espaços empresariais atractivos e qualificados, “amigos e compatíveis” com o ambiente <p>- Desenvolver e modernizar a actividade agrícola, florestal e de produção animal – produtos de qualidade, certificação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Qualificação da actividade agrícola e Preservação florestal (Apostar na produção de produtos de excelência e criar uma Imagem de Marca; Certificar produtos de qualidade; Divulgar e Promover a nível regional e nacional produtos locais – rotas temáticas; Incentivar a florestação com espécies autóctones e de maior valor – sobreiro, pinheiro manso) • Fomentar a Agropecuária, uma actividade de referência, sendo a sua imagem de marca ligada ao cavalo, para além de existirem explorações de outras espécies animais <p>- Oferecer espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de uma imagem e estrutura qualificadas e de todas as infra-estruturas disponíveis ambientais e tecnológicas, com vista à promoção da eco-eficiência e da sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios. oferecer espaços vocacionados para receber novas unidades empresariais que disponham de uma imagem e estrutura qualificadas e de todas as infra-estruturas disponíveis ambientais e tecnológicas, com vista à promoção da eco-eficiência e da sustentabilidade ambiental, nos diversos domínios.</p>
<p>GARANTIR A MANUTENÇÃO DA QUALIDADE DA PAISAGEM E DO SISTEMA NATURAL – ELEMENTO ESTRUTURANTE DO TERRITÓRIO METROPOLITANO BEM COMO DO PATRIMÓNIO CULTURAL EXISTENTE</p>	<p>- Manter o equilíbrio entre o território e a ocupação humana</p> <p>- Assegurar o equilíbrio entre as potencialidades naturais e a actividade humana</p> <ul style="list-style-type: none"> • Adequar as novas infra-estruturas necessárias à capacidade de carga do território • Qualificar as práticas agrícolas e pecuárias para não gerarem impactos no ambiente <p>- Integrar e Valorizar o sistema natural no meio urbano</p> <ul style="list-style-type: none"> • Considerar espaços biofisicamente sensíveis, identificando áreas prioritárias para a conservação (Espaços controlados por regras de sustentabilidade que garantam o funcionamento dos sistemas naturais) • Defender o equilíbrio ambiental do espaço urbano e Promover a socialização do meio urbano – espaços de usufruto público (Zelar pela protecção e tratamento das linhas de água – prevenção de risco de cheias; Definir a Rede de percursos de ligação entre espaço urbano e sistema natural – Guia dos percursos temáticos do concelho)

Opções Estratégicas	Objectivos Estratégicos
(Sustentabilidade)	<p>- Garantir a sustentabilidade dos usos de água e salvaguardar o estado das massas de água.</p>
<p>DESENVOLVER SUSTENTADAMENTE O SECTOR DO TURISMO E “CONSTRUIR UM TERRITÓRIO DO LAZER”</p> <p>(Sustentabilidade)</p>	<p>- Valorizar e integrar programas emergentes, turismo temático – hipismo, golfe</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tirar partido das singularidades e qualidade ambiental do concelho • Qualificar intervenções valorizando sinergias existentes (Criar rotas regionais apoiadas em sectores chave – ganadareias, coudelarias, gastronomia, recursos naturais; Criar infra-estruturas de suporte – alojamentos, restauração, equipamentos) <p>- Desenvolver novas Redes Turismo de forte relação com a Natureza, integradoras das especificidades do Concelho como a Gastronomia, o mundo equestre, o interesse paisagístico, os acontecimentos ou mesmo, a requalificação de antigas quintas</p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar novos interesses e atracção de novos públicos para acontecimentos e actividades desenvolvidas em torno das especificidades e do sistema biofísico local (tirando partido do Rio Sorraia, do Tejo, e dos Pauís de Belmonte e Trejoito) • Assumir o Turismo da Natureza e o Lazer como elementos centrais da estratégia de desenvolvimento municipal <p>- Gerir a procura do território como espaço de lazer e recreio</p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover uma oferta turística diversificada – turismo tradicional, ecoturismo, turismo natureza (Estabelecer parcerias para explorar o sector do Ecoturismo, Turismo da natureza e aventura, e educação e sensibilização ambiental) • Implantação de campos de golf e “resorts” múltiplos, de forma a conseguir o efeito de escala para o sucesso turístico e implementação de empreendimentos turísticos que representem um benefício em termos de ordenamento do território, da sustentabilidade ambiental e natural. • Garantir a manutenção do carácter da paisagem nas novas intervenções de cariz turístico • Preservar as características autóctones – imagens de marca e símbolo de marketing

4.2. DEFINIÇÃO DO QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO PARA A PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE

O Quadro de Referência Estratégico (QRE) estabelece as orientações de políticas ambientais e de sustentabilidade, definidas ao nível nacional, europeu e internacional, relevantes para a avaliação. Os instrumentos de referência identificados e analisados, como precursores de orientações estratégicas para a proposta de revisão do PDM de Benavente, definem o Quadro de Referência Estratégico para o plano em análise (Quadro 2), permitindo identificar os objectivos de sustentabilidade a considerar no desenvolvimento das opções do plano.

Quadro 2 – Quadro de Referência Estratégica para AAE da proposta de revisão do PDM de Benavente

Instrumento	Âmbito Nacional	Acrónimo
Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território		PNPOT
O PNPOT constitui o guia orientador do sistema de gestão territorial e da política de ordenamento do território, sendo também um instrumento chave de articulação desta política com a política de desenvolvimento económico e social, em coerência com a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS) e com as diversas intervenções com incidência territorial, designadamente as consideradas no Quadro de Referência Estratégico Nacional para o próximo período de programação financeira comunitária QREN 2007-2013.		
Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável		ENDS
A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável para o período 2005/15 consiste num conjunto coordenado de actuações que, partindo da situação actual de Portugal, com as suas fragilidades e potencialidades, permitam num horizonte de 12 anos assegurar um crescimento económico célere e vigoroso, uma maior coesão social, e um elevado e crescente nível de protecção e valorização do ambiente		
Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade		ENCNB
A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e da Biodiversidade foi acolhida na ordem jurídica portuguesa através da resolução do Conselho de Ministros nº 152/2001, de 11 de Outubro, vigorando até 2010. A existência de uma ENCNB é, reconhecidamente, um instrumento fundamental para a prossecução de uma política integrada num domínio cada vez mais importante da política de ambiente e nuclear para a própria estratégia de desenvolvimento sustentável.		
Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo		PORNET
O Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo estabelece os regimes de salvaguarda de recursos e valores naturais e fixa os usos e o regime de gestão a observar na sua área de intervenção, com vista a garantir a conservação da natureza e da biodiversidade e a manutenção e valorização das características das paisagens naturais e seminaturais, privilegiando a manutenção da vocação natural da Reserva Natural do Estuário do Tejo enquanto <i>habitat</i> de aves migratórias		
Plano Sectorial da Rede Natura 2000		PSRN 2000
O Plano Sectorial da Rede Natura 2000 constitui um instrumento de gestão territorial na concretização da política nacional de conservação da diversidade biológica, visando a salvaguarda e valorização das ZPE e dos Sítios, do território continental, bem como a manutenção das espécies e habitats num estado de conservação favorável nestas áreas.		
Estratégia Nacional para a Energia		ENE
A estratégia para o sector energético constitui um factor importante de crescimento da economia portuguesa e da sua competitividade, para além de ser uma peça vital ao desenvolvimento sustentável do País.		
Plano Nacional de Alterações Climáticas		PNAC
O Programa Nacional para as Alterações Climáticas configura o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento do Protocolo de Quioto pelo Estado Português.		
Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde		PNAAS
O Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2007 – 2013 tem como desígnio melhorar a eficácia das políticas de prevenção, controlo e redução de riscos para a saúde com origem em factores ambientais, promovendo a integração do conhecimento e a inovação, contribuindo também, desta forma, para o desenvolvimento económico e social do país.		
Plano Estratégico Nacional do Turismo		PENT
O Plano Estratégico Nacional do Turismo serve de base à concretização de acções definidas para o crescimento sustentado do Turismo nacional nos próximos anos.		
Proposta para a Estratégia de Protecção dos Solos		PEPS
A Proposta para Estratégia de Protecção dos Solos configurará o instrumento de política do Governo que suporta o cumprimento dos objectivos de protecção e prevenção da degradação dos solos bem como da sua utilização sustentável.		
Plano Nacional da Água		PNA
O Plano Nacional da Água define as orientações de âmbito nacional para a gestão integrada das águas, fundamentadas em diagnóstico da situação actual e na definição de objectivos a alcançar através de medidas e		

Instrumento	Acróónimo
acções, de acordo com o Decreto-Lei nº 45/94 de 22 de Fevereiro.	
Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água	PNUEA
O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água tem como principal finalidade a promoção do uso eficiente da água em Portugal, especialmente nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de escassez hídrica e para melhorar as condições ambientais nos meios hídricos	
Plano Bacia Hidrográfica do Rio Tejo	PBH – Rio Tejo
O Plano de Bacia Hidrográfica é um plano sectorial que assenta numa abordagem conjunta e interligada de aspectos técnicos, económicos, ambientais e institucionais, envolve os agentes económicos e as populações directamente interessadas, tem em vista estabelecer de forma estruturada e programática uma estratégia racional de gestão e utilização da bacia hidrográfica, em articulação com o ordenamento do território e a conservação e protecção do ambiente	
Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial Estuário do Tejo	PG-ZPE – Estuário do Tejo
O presente Plano de Gestão define as formas de utilização do território da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo	
Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II	PEASAR II
O Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais II estabelece as orientações e fixa os objectivos de gestão e protecção dos valores ambientais associados aos recursos hídricos no horizonte 2007-2013	
Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais¹	ENEAPAI
A ENEAPAI assenta em novas abordagens de intervenção, integradas territorial e multisectorialmente, para a definição de soluções sustentáveis do ponto de vista ambiental que garantam a eliminação das inúmeras situações de poluição causadas pela descarga de efluentes não tratados nas linhas de águas e no solo	
Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos	PERSU II
O PERSU II constitui um instrumento estratégico director da gestão de resíduos sólidos urbanos (RSU) para o período de 2007 a 2016, fundamental para que o sector possa dispor de orientações e objectivos claros, bem como de uma estratégia de investimento que confira coerência, equilíbrio e sustentabilidade à intervenção dos vários agentes directamente envolvidos.	
Plano Estratégico de Gestão de Resíduos Industriais 2001⁽¹⁾	PESGRI
Constituiu um importante instrumento de planeamento destinado a fornecer aos responsáveis políticos e da Administração Pública e a todos os agentes da indústria nacional um conjunto fundamentado de orientações e recomendações tendentes a apoiar decisões em matéria de recolha e tratamento de resíduos industriais.	
Plano Rodoviário Nacional	PRN – 2000
O actual Plano Rodoviário Nacional (Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, Decreto-Lei nº 222/98 com as alterações introduzidas pela Lei nº 98/99 de 26 de Julho, pela Declaração de rectificação nº 19-D/98 e pelo Decreto-Lei nº 182/2003 de 16 de Agosto) define uma rede nacional, que desempenha funções de interesse nacional e internacional.	
Plano Regional de Ordenamento Florestal do Ribatejo	PROF Ribatejo
Os Planos Regionais de Ordenamento Florestal são instrumentos de gestão da política sectorial que incidem sobre os espaços florestais e visam enquadrar e estabelecer normas específicas de uso, ocupação, utilização e ordenamento florestal, por forma a promover e garantir a produção de bens e serviços e o desenvolvimento sustentado destes espaços.	
Âmbito Regional	
Plano Regional de Ordenamento do Território de Oeste e Vale do Tejo	PROT - OVT
Os planos regionais de ordenamento do território definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.	
Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa¹	PROT- AML
Os planos regionais de ordenamento do território definem a estratégia regional de desenvolvimento territorial, integrando as opções estabelecidas a nível nacional e considerando as estratégias municipais de desenvolvimento local, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território.	
Outros Planos	
Plano Municipal de Defesa da Floresta e Combate a Incêndio de Benavente	PMDFCI – Benavente
Os PMDFCI desenvolvem as orientações de planeamento Nacional e Regional segundo as normas da Portaria nº 1139/2006 de 25 de Outubro e as orientações técnicas estabelecidas pela DGRF.	
Plano de Desenvolvimento Integrado da Lezíria do Vale do Tejo	PDI-LVT
O PDI-LVT pretende afirmar a competitividade territorial da Lezíria do Tejo, num quadro de sustentabilidade e inovação, promovendo a cidadania e o bem-estar, o robustecimento da base económica, a valorização e coesões territoriais, a atracção de investimento e uma governação do território moderna, eficiente e participada	
Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial Estuário do Tejo	PG-ZPE – Estuário do Tejo
O presente Plano de Gestão define as formas de utilização do território da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo	

⁽¹⁾ – Instrumentos inseridos no âmbito da elaboração do presente Relatório Ambiental.

4.3. IDENTIFICAÇÃO DOS FACTORES AMBIENTAIS RELEVANTES PARA A PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE

A determinação dos Factores Ambientais relevantes para a proposta de revisão do PDM de Benavente foi orientada pelos factores ambientais indicados no quadro legislativo da AAE, sendo a sua escolha condicionada pelo reconhecimento prévio das especificidades do território abrangido pelo Plano, conjugada com o conhecimento das opções e objectivos estratégicos definidos pelo Plano. Com base no exposto, foram considerados os seguintes Factores Ambientais: “Biodiversidade”, “Fauna”, “Flora”, “Património Cultural”, “População”; “Saúde Humana”; “Solo”; “Água”, “Atmosfera”; “Factores Climáticos”; “Bens Materiais” e “Paisagem”.

5. FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Com base no exposto no capítulo anterior foram definidos os **Factores Críticos para a Decisão** que reúnem os aspectos de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes para a proposta de revisão do PDM de Benavente:

- Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial.
- Estruturação e requalificação urbana/Acessibilidade e mobilidade.
- Desenvolvimento Turístico.
- Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural.
- Prevenção/Mitigação dos Riscos.
- Agentes de Desenvolvimento.

5.1. DESCRIÇÃO DOS FACTORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO E SEUS OBJECTIVOS

Para cada um dos FCD, foram definidos diferentes domínios de avaliação, objectivos de sustentabilidade e indicadores que contribuem para avaliar a viabilidade e sustentabilidade da estratégia preconizada nos objectivos da proposta de revisão do PDM de Benavente, pretendendo facilitar a avaliação e contribuir para uma tomada de decisão consciente e adequada.

5.1.1. DESENVOLVIMENTO DE BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL

A análise do FCD “Desenvolvimento de base económica/empresarial” pretende conferir um papel de relevo à componente ambiental num quadro de desenvolvimento sustentável do território concelhio, assegurando a integração das questões sociais e económicas no processo de planeamento.

Os domínios de avaliação e os indicadores, que integram os domínios qualificação humana e sócio-económico, auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende realizar, encontram-se apresentados no Quadro seguinte.

Quadro 3 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial, com os objectivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial	Qualificação humana	<ul style="list-style-type: none"> Promover a atração de quadros técnicos médios e superiores Promover a qualificação profissional 	• Evolução da população residente	Nº de residentes/ano	INE
			• Evolução da População residente por grupos etários	Nº de residentes por faixa etária	INE
			• Variação da População Activa por sectores de actividade	População Activa/sector de actividade	INE
			• População residente, segundo a qualificação académica	%, segundo a qualificação	INE
			• Estruturas de apoio à formação profissional	N.º e tipo de formação profissional	IEFP
	Socio-Economia	• Defender a base económica local.	• Sectores empresariais chave	n.º de empresas por sector	INE, AICEP
			• Capacidade de realização dos fundos de apoio e de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis	taxa de execução dos projectos (%)	IFADAP
			Número de produtos locais certificados	Un/tipo de produto	DGCI
		• Criar novos postos de emprego, diminuindo a taxa de desemprego	• Taxa de Atividade	%	INE
			• Taxa de Desemprego	%	INE
		<ul style="list-style-type: none"> Fomentar o desenvolvimento sustentável, racionalizando e qualificando os espaços para a implantação e desenvolvimento de actividades económicas Aumentar a competitividade e atractividade do município no contexto regional 	• Número de intervenções qualificadoras e respectiva área (ao nível do tecido construído - armazéns, indústrias, e do espaço público).	n.º de intervenções de base económica/ha	CM INE
			• Número de equipamentos e serviços de apoio empresarial instalados	n.º de equipamentos de base empresarial/ha	CM INE
			• Taxas de cobertura das ALE por parte das novas redes de comunicações e partilha e troca de informação.	Área coberta//ALE	IAPMEI
			• Número de camas em hotelaria convencional	Número de camas.	INE, Turismo de Portugal

FCD	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
		<ul style="list-style-type: none"> • Criar condições para a atracção e fixação de novas empresas, inovadoras e competitivas no contexto regional 	<ul style="list-style-type: none"> • Área de espaços infra-estruturados e estruturados para acolhimento de novas empresas 	Área de espaços infra-estruturados (ha)	IAPMEI
		<ul style="list-style-type: none"> • Criar vastas áreas multiusos, estrategicamente localizadas, como base impulsionadora para fixação de actividades logísticas e empresariais, científicas, tecnológicas e de investigação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de equipamentos do terciário qualificado em especial ensino superior e empresas de base tecnológica 	Número de equipamentos multiusos/ha	CM INE

5.1.2. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA / ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

A Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e mobilidade compreende a actuação nos aglomerados urbanos, de forma a conferir-lhes mais e maior qualidade através de acções de estruturação e requalificação, não descurando aspectos essenciais ao desenvolvimento urbanístico dos aglomerados, como sejam, por exemplo, aspectos de saúde pública.

Para este FCD e nos domínios do Ambiente Urbano e dos Transportes, foram definidos os objectivos de sustentabilidade e respectivos indicadores, conforme se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 4 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Estruturação e requalificação urbana / Acessibilidade e mobilidade, com os objectivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Estruturação e requalificação urbana / Acessibilidade e mobilidade	Ambiente Urbano	<ul style="list-style-type: none"> Fomentar a organização espacial do território Promover um correcto ordenamento biofísico e paisagístico, através da consolidação de espaços verdes urbanos 	• Evolução da Densidade Populacional	hab/ha	INE
			• Variação da área afecta ao solo urbanizado/afectação de solo ao uso urbano	ha	CM/CCDR/INE
			• Solo afecto à estrutura ecológica municipal (variação anual)	ha	CM/INE
			• Espaço de Atividades Económicas	ha	CM/INE
			• Espaço turístico ¹	ha	CM/INE
			• Espaço Florestal	ha	CM/INE
			• Espaço Natural	ha	CM/INE
			• Espaço Agrícola	ha	CM/INE
			• Espaço Verdes	ha	CM/INE
			• REN	ha	CM/INE
		• RAN	ha	CM/INE	
		<ul style="list-style-type: none"> Regularizar e ordenar as explorações agro-pecuárias num quadro de equilíbrio e de respeito, com os espaços urbanos e com sistema biofísico 	• Número total de explorações agro-pecuárias	n.º de explorações agropecuárias/ha	INE
			• Número total de explorações agro-pecuárias a reconverter	n.º de explorações agropecuárias a reconverter/ha	INE
		<ul style="list-style-type: none"> Promover as condições e a qualidade de vida das populações 	• Acesso da população a sistemas de tratamento de águas residuais domésticas servidos por ETAR em funcionamento.	%	INE CM
			• Acesso da população a sistemas de abastecimento de água potável (abastecimento, superficial e subterrânea).	%	INE/CM
		<ul style="list-style-type: none"> Manter e qualificar o nível de urbanização Estruturar o seu território urbanizado, formal ou mesmo informalmente, mas recusando exceder os parâmetros urbanísticos tradicionais 	• Instrumentos de gestão territorial eficazes de nível municipal	Valor unitário de IGT eficazes	CM/CCDR/DGOTDU
• Nº de loteamentos aprovados ²	N.º		CM		
• Número e montantes investidos, nas intervenções de requalificação urbana ²	N.º e valor		CM		

FCD	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
		<ul style="list-style-type: none"> Definir uma estrutura urbana clara e de fácil leitura, uma rede atractiva de espaços públicos e de equipamentos e uma “imagem” do edificado que manter a identidade. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de intervenções a nível da estrutura edificada e montantes investidos² 	Intervenções na estrutura edificada/ montantes investidos	CM
			<ul style="list-style-type: none"> Número de intervenções a nível da estrutura viária e montantes investidos 	Km de infra-estrutura rodoviária executada/ montantes investidos	CM
			<ul style="list-style-type: none"> Montantes investidos a nível da intervenção no espaço público urbano² 	Área de espaço público/habitante	CM
			<ul style="list-style-type: none"> Número/área de ocupação e respectiva tipologia de parques de estacionamento 	Área de estacionamento/tipologia	CM
		<ul style="list-style-type: none"> Requalificar as zonas ribeirinhas, libertando-as do excesso de áreas urbanizáveis, através da implementação de alternativas no interior do concelho 	<ul style="list-style-type: none"> Montante investido em projectos (espaços verdes, de lazer e de recreio, desportos radicais e de aventuras criados) nas zonas ribeirinhas² 	Investimento em equipamentos de lazer, nas zonas ribeirinhas/habitante	CM
		<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer uma rede viária estruturante e promover a melhoria da mobilidade integrada (apoiada no estudo de acessibilidades) e adequada às propostas de ordenamento 	<ul style="list-style-type: none"> Tempo de deslocação por meio de transporte 	Hora	MTC/INV
	Transportes	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar e potenciar o quadro das acessibilidades internas e externas 	<ul style="list-style-type: none"> Novas vias rodoviárias que sustentem o transporte intermunicipal e urbano, articulado com as redes de transportes públicos em perspectiva 	Km/100 habitantes	INE
			<ul style="list-style-type: none"> Investimento em novas vias de comunicação, tendo em conta novos cenários relacionados com a futura localização do aeroporto e traçado da alta velocidade 	€/Km construído	INE
		<ul style="list-style-type: none"> Criar condições para uma Mobilidade sustentável 	<ul style="list-style-type: none"> Vias pedonais/ciclovias 	Km/100 habitantes	CM

FC	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
			<ul style="list-style-type: none">Número de projectos no contexto da mobilidade sustentável e da mobilidade para todos²	n. de projectos por 100 habitantes	CM

5.1.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

O FCD - Desenvolvimento Turístico pretende identificar os aspectos que as acções preconizadas na proposta de revisão do PDM poderão desenvolver e que poderão ter influência directa ou indirecta no património natural e cultural local. Para isso, identificaram-se domínios de avaliação e indicadores, que auxiliam o nível de pormenorização da análise que se pretende efectuar (Quadro 5).

Quadro 5 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Desenvolvimento Turístico, com os objectivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínios	Objectivos de Sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Desenvolvimento Turístico	Património Natural	<ul style="list-style-type: none"> • Conservar e valorizar a biodiversidade e o património natural • Promover o uso sustentável dos recursos naturais • Definir espaços atractivos e qualificados que permitam a sua utilização para práticas de lazer • Incentivar a prática de um turismo sustentável aproveitando o potencial do património natural e paisagístico 	• Espaços Naturais (Espaço Natural, Reserva Natural do Estuário do Tejo, paus) com aptidão turística	Área	CMB
			• Espaço Rural com aptidão turística	Área	CMB
			• Percursos Pedestres	km	CMB
			• Circuitos Turísticos	N.º	CMB
			• Actividades de turismo em espaço natural	N.º	CMB
			• Actividades de turismo rural	N.º	CMB
			• Parques Ribeirinhos e Zonas de Pesca Desportiva	Área e N.	CMB
	Património Cultural e Arquitectónico	<ul style="list-style-type: none"> • Conservar e valorizar o património arquitectónico e cultural do concelho • Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes 	• Eventos culturais/Ações de divulgação cultural	N.º	CMB
			• Imóveis Classificados	N.º	IPPAR
			• Outros Imóveis de Interesse Arquitectónico	N.º	CMB e SIPA
			• Sítios Arqueológicos	N.º	IPA
	Golfe e Resorts	<ul style="list-style-type: none"> • Planear, de forma sustentável, os espaços destinados à implantação de empreendimentos turísticos associados ao Golfe 	• Infra-estruturas e equipamentos de turismo e lazer associadas ao golfe	N.º e Área	CMB
			• Empreendimentos turísticos / resorts	N.º e Área	CMB
	Turismo Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Dinamizar e fortalecer o hipismo como actividade tradicional • Promover os recursos agrícolas e florestais, aproveitando as características rurais do território 	• Coudelarias/Centros Hípicos	N.º e Área	CMB
• Agro-turismo			N.º e Área	CMB	
• Infra-estruturas de apoio à actividade (Companhia das Lezírias)			N.º	CMB	

5.1.4. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL

De forma a auxiliar o nível de pormenorização da análise que se pretende efectuar no âmbito do FCD - Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural, identificaram-se os domínios de avaliação, objectivos de sustentabilidade e respectivos indicadores de análise que se apresentam sistematizados no Quadro 6.

Quadro 6 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural, com os objectivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património	Conservação e Valorização do Património Natural	• Assegurar a conservação do património natural em áreas do SNAC	• Área do Município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	ha	ICNB
			• Plano de gestão para a Área Classificada,	N.º	ICNB
			• Acções de monitorização de espécies prioritárias	N.º	ICNB
			• Planos de acção para espécies prioritárias.	N.º	ICNB
			• Corredores ecológicos entre áreas nucleares para a conservação de espécies	N.º	ICNB
		• Promover a valorização do património natural e paisagístico em áreas do SNAC	• Equipamentos de apoio à interpretação / divulgação valores naturais	N.º e tipo	ICNB
			• Acções de exploração sustentável do meio natural	N.º e tipo	ICNB
			• Acções de divulgação e de sensibilização ecológica	N.º e tipo	ICNB e CMB
			• Rotas ou programas de visitação	N.º e tipo	ICNB
		• Evitar prejuízos em áreas classificadas, sítios geológicos e espécies protegidas	• Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados, centro de interpretação ambiental	N.º e extensão	ICNB
			• Participação em acções de fiscalização	N.º e tipo	ICNB
		• Manter a biodiversidade, evitando perdas irreversíveis	• Valores naturais com estatuto de protecção	Tipo	ICNB
			• Monitorização da diversidade de espécies protegidas e prioritárias*	N.º e tipo	ICNB
			• Planos de acção para espécies ameaçadas, espécies protegidas e de conservação prioritária*	N.º e tipo	ICNB
			• Acções de conservação de espécies	N.º e tipo	ICNB
		• Monitorização e reabilitação de habitats	• Habitats prioritários	N.º e designação	ICNB
			• Acções de conservação de habitats	N.º e tipo	ICNB

FCD	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Qualidade Ambiental	Estrutura Ecológica Municipal	<ul style="list-style-type: none"> Promoção do contínuo natural através da correcta delimitação da Estrutura Ecológica Municipal Promover a valorização de áreas/sistemas ecológicos e outros valores integrados em espaços de EEM 	• Área do Concelho Integrada na EEM*	ha	CMB
			• Áreas/sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM*	Tipo	CMB
	Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	<ul style="list-style-type: none"> Promover a gestão sustentável e a conservação da floresta 	• Área de floresta de protecção*	ha	CMB
			• Área de floresta com plano(s) de acção e/ou gestão proposto(s)*	ha	CMB
		<ul style="list-style-type: none"> Fomentar oportunidades de fruição sustentável da floresta 	• Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais*	N.º, tipo e km	CMB
		<ul style="list-style-type: none"> Controlar o estado fitossanitário dos espécimes 	• Acções de controlo do estado fitossanitário de espécimes com valor para a conservação da natureza*	N.º e tipo	CMB
	Resíduos	<ul style="list-style-type: none"> Promover uma política adequada de gestão de resíduos Promover a qualidade de vida das populações 	• Produção de resíduos sólidos urbanos	Ton/hab	INE
			• Valorização de resíduos sólidos urbanos	%	INE
			• Sistemas de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos	n.º	Município
			• Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos	€	INE/ Município
	Água	<ul style="list-style-type: none"> Garantir a protecção e conservação dos recursos hídricos Reduzir os níveis de poluição da água, para níveis que não prejudiquem os sistemas naturais 	• Qualidade da água superficial de acordo com os fins a que se destina	n.º de análises ²	INAG
			• Qualidade da água subterrânea		
		<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de abastecimento de água para consumo humano 	• Consumo de água	m ³	INE
			• População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo	%	INE
<ul style="list-style-type: none"> Promover um consumo eficiente e racional do recurso água 		• Perdas no sistema de abastecimento	%	Município	
		• Intervenções qualitativas de promoção do uso eficiente da água *	n.º	Município	
<ul style="list-style-type: none"> Garantir serviços de drenagem e de 	• População servida por sistema de drenagem de águas residuais	%	INE		

² N.º de análises com parâmetros superiores aos limites legais

FCD	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
		tratamento de águas residuais • Promover a qualidade de vida das populações	• População servida por sistemas tratamento de águas residuais	%	INE
	Ruído	• Assegurar a emissão de níveis de ruído que não perturbem a saúde humana e o bem-estar das populações • Cumprimento dos valores limite de exposição a ruído ambiente exterior previsto no RGR (art.11.º)	• População exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite	%	Município
			• Reclamações por incomodidade sonora*	n.º	Município
			• Planos de Redução do ruído	n.º	Município
	Ar	• Assegurar uma gestão adequada da qualidade do ar que salvguarde a saúde pública • Reduzir a poluição do ar • Diminuir as emissões de gases com efeito de estufa	• Qualidade do ar	n.º ³	CCDR
			• Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites	n.º	CCDR
			• Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão	n.º	APA
	Energia	• Aumento da Eficiência Energética • Utilização Racional de Energia	• Consumo de energia (gás, electricidade, combustíveis líquidos)	tep	DGEG
			• Projectos com adopção de soluções de eco-eficiência energética	n.º	Município
		• Utilização de Fontes de Energia Renovável	• Produção de energia, a nível local, através de recursos renováveis	tep	Município
	Património Histórico e Cultural	• Salvaguardar os valores patrimoniais definindo medidas de protecção e de incentivo à conservação. • Preservar edifícios históricos, locais arqueológicos e outras características culturais importantes • Promover a reabilitação e dinamização de edifícios históricos • Valorizar a diversidade e a identidade local	• Obras em edifícios históricos (recuperação/manutenção)	n.º	Município
			• Reabilitação de edifícios urbanos degradados	n.º	Município
			• Imóveis classificados	n.º	IGESPAR
			• Imóveis inventariados	n.º	Município / SIPA
			• Sítios Arqueológicos	n.º	IGESPAR

* - Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

³ N.º de dias com parâmetros de qualidade do ar superiores aos limites legais estabelecidos

5.1.5. PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO DE RISCOS

Para auxiliar o nível de pormenorização da análise estratégica que se pretende efectuar identificaram-se os vários domínios de avaliação, objectivos de sustentabilidade e indicadores associados face ao FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos, que se apresentam no Quadro seguinte.

Quadro 7 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Prevenção/Mitigação de Riscos, com os objectivos de sustentabilidade e principais indicadores de análise estabelecidos.

FCD	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Prevenção/Mitigação de Riscos	Incêndio	Reduzir a ocorrência de incêndios florestais e em edifícios	Área ardida	ha	AFN/INE
			Número de ocorrências de incêndio	Nº	
			Cumprimento das acções/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente*	Nº	
			Número de ocorrências de incêndios urbanos*	Nº	
		Número de pessoas afectadas por incêndios urbanos*	Nº		
		Reduzir a influência dos incêndios na saúde pública e nos ecossistemas	Áreas edificáveis ou urbanizáveis em áreas com risco de incêndio das classes alta ou muito alta*	ha	
			Cumprimento das acções/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente, nomeadamente no que se refere ao aumento da resistência e resiliência dos ecossistemas*	Nº	
			Corporação de agentes envolvidos no combate a incêndios (bombeiros, protecção civil, outros)	Nº	
	Meios e verbas concedidas às corporações de bombeiros existentes no concelho*		Nº e €		
	Cheias/Inundação	Aumentar os níveis de protecção do solo dentro do perímetro urbano	Área impermeabilizada	ha	CM Benavente
			Uso do solo em áreas com risco de cheia/inundação*	ha/Tipologia de uso do solo	
		<ul style="list-style-type: none"> • Diminuir a possibilidade de ocorrência de cheias/inundação dentro do perímetro urbano • Assegurar as condições que evitem ou minimizem a ocorrência de cheias/inundação 	Ocorrência de cheias/inundação	Nº	
			Área bruta de construção em áreas inundáveis*	ha	
			Número de pessoas vulneráveis aos efeitos de inundações*	N.º	
			Áreas inundadas	ha	
			Medidas de contenção face à ocorrência de cheia/inundação*	Nº	
			Investimento em estruturas de mitigação de cheias*	€	
			Edifícios sensíveis em áreas de risco de cheia/inundação*	Nº	
			Zonas densamente povoadas em áreas com risco de cheia/inundação*	Nº	
	Erosão	Manter práticas adequadas de utilização e conservação do solo	Uso do solo em áreas com risco de erosão*	ha/Tipologia de uso do solo	
Ocorrência de erosão			ha		
Aumentar os níveis de protecção do solo		Medidas de contenção face à ocorrência de erosão*	Nº		
Sismicidade	Prevenir as consequências provocadas por um sismo	Exercícios de simulacro*	Nº		
Acidentes Industriais	Minimizar os efeitos na população exposta à	Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de Julho	Nº		

FCD	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
		ocorrência de acidentes industriais	Área ocupada por estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de Julho	ha	
			Fixação das distâncias de segurança*	ha	
			Densidade populacional em áreas condicionadas*	Cidadãos/m ²	

* Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

5.1.6. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

Para este FCD foram definidos os objectivos de sustentabilidade e indicadores, que integram o domínio da acção social, expressando o alcance da presente análise estratégica, bem como o nível de pormenorização com que a mesma será realizada, baseada na informação existente e disponível, tendo no entanto consciência da existência de lacunas de informação em matérias que seriam importantes para assistir à caracterização da situação de referência deste FCD, conforme se apresenta no quadro seguinte.

Quadro 8 – Relação entre os diversos domínios de análise considerados para o FCD: Agentes de Desenvolvimento, com os objectivos de sustentabilidade e principais indicadores estabelecidos.

FCD	Domínio	Objectivos de sustentabilidade	Indicadores	Unidade	Fonte
Agentes de Desenvolvimento	Acção social	<ul style="list-style-type: none"> Definir critérios, suficientemente flexíveis, que permitam acolher o desenvolvimento do concelho sem comprometer o equilíbrio funcional. 	<ul style="list-style-type: none"> Número de agentes envolvidos 	Nº	CM Benavente
			<ul style="list-style-type: none"> Tipologia de agentes envolvidos 	Nº	
		<ul style="list-style-type: none"> Proporcionar maior visibilidade e protagonismo interno e externo à sub-região e aos agentes locais, estimulando formas eficazes de organização e de cooperação estratégica. 	<ul style="list-style-type: none"> Acções desenvolvidas pelos agentes 	Nº	CM Benavente
			<ul style="list-style-type: none"> Acções promovidas pela Câmara que tenham envolvido a participação dos Agentes 	Nº	
		<ul style="list-style-type: none"> Envolver a comunidade na valorização e aproveitamento dos seus recursos, mobilizando vontades e capacidades organizativas. 	<ul style="list-style-type: none"> Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (Portal digital) 	Nº visitantes	INE
			<ul style="list-style-type: none"> Participação em consultas públicas Participação eleitoral * 	Nº	
			<ul style="list-style-type: none"> Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (Portal digital) * 	Nº visitantes	CM Benavente

* - Indicador a ser analisado na fase de execução do Plano, usado para seguimento no Plano de Controlo

5.2. SITUAÇÃO EXISTENTE E ANÁLISE DE TENDÊNCIAS

5.2.1. DESENVOLVIMENTO DE BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL

A análise SWOT, descrita no quadro seguinte, sistematiza a análise efectuada para a situação existente da área de intervenção da proposta de revisão do PDM de Benavente, considerando as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da presente proposta, no âmbito do FCD - Desenvolvimento de base económica/empresarial.

Quadro 9 - Análise SWOT no âmbito do FCD - Desenvolvimento de base económica/empresarial

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> Localização geo-estratégica do concelho de Benavente, muito valorizada pela excelente rede de acessibilidades existentes e previstas, que visam reforçar as ligações do concelho ao Norte e ao Sul do país assim como ao Alto Alentejo e com a sua região fronteiriça, determinante para a sua afirmação sócio-económica na região. Crescimento populacional, presença de população jovem, taxa de actividade significativa e poder de atracção populacional. Benavente configura-se como uma área de reserva de mão-de-obra e de espaço capaz de suportar os irreversíveis processos de desconcentração económica e residencial da Grande Lisboa. Uma minoria da população activa não tem nenhum nível de instrução. Em termos de emprego é a actividade primária a que mais marca o território concelhio. As extensões territoriais ocupadas pela agricultura, floresta e agropecuária são amplas e diversificadas. A pecuária tem uma forte expressão concelhia. A produção florestal. A Companhia das Lezírias possui a maior área de montado de sobro em mancha contínua. Aproveitamento hidroagrícola do Vale do Sorraia. Benavente tem um importante papel no fornecimento de produtos frescos à área envolvente, mormente à AML. Equilíbrio entre o sector secundário e o sector terciário. Tecido industrial diversificado e disperso por todas as freguesias do concelho, principalmente nas freguesias de Benavente e Samora Correia. Sendo uma matriz bastante heterogénea, parece haver uma predominância da metalomecânica e da indústria alimentar. Existência de loteamentos industriais no concelho de Benavente. Predomínio no concelho do sector serviços e turismo. Sector agrícola e silvo-pastoril com fortes potencialidades - Companhia das Lezírias como principal agente dinamizador. Oferta de solo industrial infra-estruturado. Potencial de atracção de turismo temático-fileira do cavalo e recentemente o Golf. Existência da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), e de estudos efectuados no seu âmbito: Estudo Integrado da Mobilidade e Sistemas de Transportes nos concelhos que integram a CULT. 	<ul style="list-style-type: none"> Existe uma diferenciação vincada em termos de nível de ensino entre os activos em idades mais jovens e activos mais velhos. Problemas, com implicações ao nível da organização e funcionamento das actividades económicas e das actividades financeiras. Trânsito automóvel de atravessamento pelo interior de Benavente e de Samora Correia, origem de problemas entre a circulação viária e a circulação pedonal, com reflexos a nível da organização e funcionamento das actividades económicas. Imagem negativa do parque comercial dos centros urbanos de Benavente. Mobilidade difícil nos principais eixos de estruturação urbana que servem como canais de suporte do trânsito de atravessamento-EN118 e excessiva dependência do modo rodoviário. A amálgama funcional existente, uma característica dos territórios concelhios. Espaços habitacionais e espaços industriais/armazenagem, gerando cenários desqualificados. Propriedade bastante fragmentada, de pequena dimensão, na freguesia de Benavente. Explorações agro pecuárias, geram situações de conflitualidade de usos. Debilidade na estrutura locacional da indústria. Loteamentos industriais com uma reduzida taxa de ocupação. Mercado da Segunda habitação - Consumidor de amplas extensões territoriais. Nível de infra-estruturação baixo.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Benavente é um território de oportunidade. Especialização da Base económica em torno de sectores chave - agricultura, pecuária, coudelaria e floresta. Em termos agrícolas, destaca-se a cultura do arroz, associada a espaços mais irrigados (rios Sorraia e Almansor). A oliveira e a vinha são também importantes na economia agrícola. A produção de carne dos bovinos criados na Companhia das 	<ul style="list-style-type: none"> Território de desconcentração das actividades menos qualificadas da AML. Perda de identidade-tradições locais. Perda de níveis de competitividade se não houver qualidade e inovação nas ofertas de habitação, turismo e lazer.

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<p>Lezírias.</p> <ul style="list-style-type: none"> • A Rota da Vinha e do Vinho do Ribatejo. • O Azeite da Companhia das Lezírias é uma nova área de negócio. • A agro-pecuária é em Benavente uma actividade de referência, sendo a sua imagem de marca ligada ao cavalo. Existem também as explorações de outras espécies animais (aves, bovinos e suínos são os mais relevantes). • A Coudelaria da Companhia das Lezírias e a criação do cavalo Puro-Sangue Lusitano. • Existência dos empreendimentos turísticos (Sto. Estêvão) tem vindo a aumentar o número de unidades comerciais – restauração em especial. • O turismo rural poderá ser outro aspecto importante a explorar a integrar como componente do Modelo de Desenvolvimento de Base Municipal. • O Estuário do Tejo e a Zona de Protecção Especial e as suas tradições populares relacionadas com o hipismo e a tauromaquia. • A sustentabilidade ambiental e natural. • Fomento do desenvolvimento do sector do turismo, lazer e recreio. • Valorização do Sorraia. • A Logística e o Terciário Superior são apontadas como áreas chave na economia de Benavente. Os impulsos do novo quadro de acessibilidades mas acima de tudo o novo Aeroporto de Lisboa e o Eixo Lisboa – Madrid do TGV, constituem fortes factores de motivação da aposta. • Proposta de construção do pólo Empresarial e de negócios de Benavente. • Espaço Multifuncional. 	

5.2.2. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

A análise SWOT, descrita no quadro seguinte, sistematiza a análise efectuada para a situação existente da área de intervenção da proposta de revisão do PDM de Benavente, considerando as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da presente proposta, no âmbito do FCD - Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e mobilidade.

Quadro 10 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e mobilidade

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Localização geo-estratégica do concelho de Benavente, muito valorizada pela excelente rede de acessibilidades existentes e previstas, que visam reforçar as ligações do concelho ao Norte e ao Sul do país assim como ao Alto Alentejo e com a sua região fronteiriça. • O concelho de Benavente é o verdadeiro Pulmão verde da AML • O concelho de Benavente é uma charneira entre a AML e a região da Lezíria e Vale do Tejo. • Diversidade morfo-tipológica do meio urbano. • Rede Urbana polinucleada. • Espaços naturais de valor inigualável. • Equilíbrio entre a actividade humana e o ambiente natural. • Qualidade ambiental e paisagística. • Concretizar o Plano Rodoviário Nacional. • Potenciar as acessibilidades – Rede Viária A10 e A13. • Via de estrutura urbana do aglomerado. • Variante Nascente (ligação EN118 / EN 118-1). • Rede estrutural do sistema rodoviário da CULT. • Ligações em transporte colectivo entre as sedes de concelho 	<ul style="list-style-type: none"> • Ausência de zonas comerciais. • Carência de espaços para instalação de equipamentos públicos e de zonas verdes, suficientemente amplas. • Fortes pressões urbanísticas, comprometendo o correcto funcionamento dos espaços. • Bipolaridade da rede urbana. • Contraste com os aglomerados marcadamente rurais. • Espaços habitacionais e espaços industriais/armazenagem, gerando cenários desqualificados. • Fragilidade do tecido urbano envolvente aos núcleos antigos – dispersão e monofuncionalidade. • “déficit” de estrutura verde, coerente com a tipologia edificada, nos núcleos urbanos. • Desaproveitamento do potencial natural

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Articulação entre os diferentes modos de transportes públicos (ferroviário / rodoviário). • Transporte urbano/local. • Elevada percentagem de habitantes servidos pelo transporte colectivo. • Território de proximidade. • Espaço de “descompressão”. • Espaço Multifuncional. • Frente Ribeirinha. 	<p>para qualificação dos principais aglomerados – espaços verdes urbanos.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sobrecarga da rede interna acessibilidade. • Mobilidade difícil nos principais eixos de estruturação urbana que servem como canais de suporte do trânsito de atarvessamento-EN118 e excessiva dependência do modo rodoviário. • Ausência de ordenamento de tráfego interno nos três aglomerados mais dinâmicos (Benavente, Samora Correia e Porto Alto). • Rede de transportes públicos desadequada à expansão dos aglomerados. • Cerca de 15% da população da CULT não é servida pelo transporte colectivo. • Lacunas na rede de transportes colectivos, com falta de ligações. • Falta de ligações viárias entre as partes da cidade. • Segurança nos serviços e nas infra-estruturas de transportes. • Volumes de tráfego na rede viária elevados.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação Urbana. • Os espaços públicos urbano. • Projecto modelo “casa típica”. • Espaços de recreio e de lazer, associados ao meio urbano. • Benavente é um território de oportunidade. • Os “empreendimentos turísticos” são relevantes do ponto de vista da geração de novos cenários de ocupação do solo rural. • Zonas residenciais integradas no meio natural. • Desenho de estruturação de pequenos quarteirões urbanos. • Inversão da monofuncionalidade desqualificada. • Os percursos de referência. • Os produtos regionais. • Os rios Tejo e Sorraia. • Qualificação e equilíbrio de espaço territorialmente contíguos e funcionalmente incompatíveis. • Reinterpretação do papel dos eixos viários no tecido urbano. • Companhia da Lezírias, Investidores Privados... • Modernização da Linha de Setil a Vendas Novas. • Novo aeroporto de Lisboa. • Futuro traçado do TGV. • Traçados alternativos de transporte público. • Rede de transporte público de passageiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sub-urbanização-dormitório da AML/2.^a habitação. • Transformação da propriedade rústica em propriedade urbana. • Promoção de terreno e construção para venda. • Ocupação com diferentes tipologias de construção e a sua organização em malhas independentes (manta de retalhos). • População desenraizada. • Subaproveitamento e desvalorização do património natural. • Descaracterização e adulteração dos valores naturais. • Abandono dos ecossistemas ribeirinhos, com conseqüente destruição da riqueza biológica da paisagem. • Poluição da água e do solo. • Aumento da utilização do automóvel nas deslocações. • Atravessamento dos núcleos urbanos. • Sinalização rodoviária deficitária. • Estacionamento público.

5.2.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A análise SWOT pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Benavente reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao FCD em análise (Quadro 11).

Quadro 11 – Análise SWOT no âmbito do FCD – Desenvolvimento Turístico

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Localização Estratégica-porta de entrada e saída da AML. • Património natural e paisagístico. • Infra-estruturas de mobilidade – Rede Nacional. • Sector agrícola e silvo-pastoril com fortes potencialidades – 	<ul style="list-style-type: none"> • Desaproveitamento do potencial natural para qualificação dos principais aglomerados – espaços verdes urbanos. • Construção de espaços residenciais de elevada densidade – dormitório da AML.

<ul style="list-style-type: none"> Companhia das Lezírias como principal agente dinamizador. Rio Tejo e Sorraia-mobilidade, recreio e lazer. Potencial de atracção de turismo temático-fileira do cavalo e recentemente o Golf. 	<ul style="list-style-type: none"> Mercado da Segunda habitação – Consumidor de amplas extensões territoriais. Nível de infra-estruturação baixo.
Oportunidades	Riscos
<ul style="list-style-type: none"> A existência de uma paisagem com elevada riqueza biológica e sistemas naturais, motores do desenvolvimento. Aproveitamento das zonas ribeirinhas, para fomento de espaços verdes, de lazer e de recreio, desportos radicais e de aventura. Reutilização de edifícios para equipamentos sociais ou culturais. Aposta no turismo diferenciado, designadamente ambiental e desportivo – encontrando modelos inovadores e que tirem partido da singularidade dos elementos naturais presentes a nível concelhio – as linhas de água, a lezíria, as tradições locais... Especialização da Base económica em torno de sectores chave – agricultura, pecuária, coudelaria e floresta. Espaço Multifuncional. 	<ul style="list-style-type: none"> Sub-urbanização-dormitório da AML/2.^a habitação. Subaproveitamento e desvalorização do património natural. Abandono dos ecossistemas ribeirinhos, com conseqüente destruição da riqueza biológica da paisagem. Poluição da água e do solo. Perda de identidade-tradições locais. Perda de níveis de competitividade se não houver qualidade e inovação nas ofertas de habitação, turismo e lazer.

5.2.4. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL

5.2.4.1. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

A análise SWOT, apresentada no quadro que se segue, pretende traçar um diagnóstico geral e o resumo das tendências existentes ao nível do Concelho de Benavente no que concerne à Conservação e Valorização do Património Natural. Esta análise identifica as tendências de evolução provável no cenário de não implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente (Quadro 12).

Quadro 12 – Análise SWOT no âmbito do Domínio – Conservação e Valorização do Património Natural.

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> Conjugação de biótipos interessante Integração numa área natural com elevada riqueza específica de avifauna, estando atribuído ao estuário do Tejo o estatuto de mais importante zona húmida do País e uma das mais importantes do Paleártico Ocidental Aplicação do Plano de Ordenamento da RNET 	<ul style="list-style-type: none"> Falta de sinalização que dificulta a orientação em passeio ou visita Fraca dinamização de turismo de natureza
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> Existência de um vasto enquadramento legal associado à protecção e conservação da Natureza Possibilidade de expansão da área classificada Existência de um plano de gestão para a ZPE gerido pelo ICNB 	<ul style="list-style-type: none"> Ameaça de pragas e doenças sobre os povoamentos de pinheiro bravo, pinheiro manso e montado de sobreiro Introdução de espécies alóctones Pressão de turismo de habitação e empreendimentos de lazer

5.2.4.2. QUALIDADE AMBIENTAL

A análise SWOT efectuada no âmbito deste domínio pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características ambientais e das tendências existentes ao nível do concelho de Benavente reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao domínio em análise. Tem como referência todo o território do concelho de Benavente, e identifica as tendências de evolução provável no cenário da não implementação da proposta da proposta de revisão do PDM de Benavente (Quadro 13).

Quadro 13 – Análise SWOT no âmbito do Domínio – Qualidade Ambiental

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Elevada cobertura de sistemas de abastecimento de água para consumo humano • Boa qualidade do ar na Zona do Vale do Tejo e Oeste 	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzida cobertura de sistemas de sistemas de tratamento de águas residuais • Poluição associada à actividade agro-pecuária e industrial • Valor elevado de perdas no sistema de abastecimento de água para consumo humano • Reduzida taxa de separação de resíduos sólidos urbanos
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da qualidade de vida da população residente 	<ul style="list-style-type: none"> • Contaminação do solo e da água por poluição difusa • Qualidade da água superficial • Possível deterioração da qualidade do ar devido à laboração de empresas

5.2.4.3. PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

A análise SWOT efectuada no âmbito deste domínio pretende traçar o diagnóstico geral e o resumo das características e das tendências existentes ao nível do concelho de Benavente reunindo, para isso, um conjunto de elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, ocasionam um conjunto de ameaças e oportunidades associadas ao domínio em análise. Tem como referência todo o território do concelho de Benavente, e identifica as tendências de evolução provável no cenário da não implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente (Quadro 14).

Quadro 14 – Análise SWOT no âmbito do Domínio – Património Histórico e Cultural

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Património Classificado • Eventos religiosos com forte tradição no concelho 	<ul style="list-style-type: none"> • Eventual desconhecimento de algum património • Sub-valorização do potencial arqueológico
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de diversos Imóveis do património arquitectónico inventariados pelo município • Existência de Monumentos Inventariados pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais • Reutilização de edifícios para equipamentos sociais ou culturais 	<ul style="list-style-type: none"> • Subaproveitamento do património Histórico e Cultural • Perda de identidade / tradições locais • Degradação dos sítios arqueológicos

5.2.5. PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO DE RISCOS

A presente análise pretende apresentar, de uma forma sucinta, as características mais relevantes reunindo os elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, dão origem à identificação das ameaças e oportunidades associadas ao FCD em avaliação. Esta análise é feita considerando a não implementação das alterações do plano em avaliação (Quadro 15).

Quadro 15 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> • Paisagem com alguma extensão em espaço rural • Património natural e paisagístico • Sector agrícola e silvo-pastoril com fortes potencialidades - Companhia das Lezírias como principal agente dinamizador • Cerca de metade do Concelho tem ocupação florestal • Presença florestal de montado de sobreiro • Presença do Rio Tejo e Sorraia • Oferta de solo industrial infra-estruturado • Presença de espaços de preservação ambiental classificados • Dinâmicas socio-económicas associadas à influência da Área Metropolitana de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> • Presença de estabelecimentos de nível inferior de perigosidade segundo classificação do Decreto-Lei nº254/2007 de 12 de Julho • Inexistência de definição das distâncias de segurança face à implantação de estabelecimentos integrados no Decreto-Lei nº254/2007 de 12 de Julho • Território de desconcentração das actividades menos qualificadas da AML • Debilidade na estrutura locacional da indústria • Rede hidrográfica extensa • Pressão de ocupação e de instalação de unidades industriais • Reduzida qualificação do espaço industrial • Concelho implantado em território de cotas baixas e com declives pouco acentuados

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Implementação do PIMDFCI de Benavente • Benavente enquanto área natural de desconcentração industrial da Área Metropolitana de Lisboa • Implementação do Plano de Ordenamento da Área Florestal da Companhia das Lezírias associados à exploração do espaço florestal • Companhia das Lezírias com 6500ha de área de montado de sobre – maior área em mancha contínua 	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de incêndio • Risco de erosão • Risco de cheia/inundação • Risco de sismo • Risco de acidentes industriais

5.2.6. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

Com esta análise pretende-se, de uma forma sucinta, apresentar as acções e actividades em que os agentes de desenvolvimento local têm maior visibilidade e onde a sua intervenção pode desencadear importantes considerações sobre as decisões a tomar, reunindo-se desta forma os elementos positivos e negativos, os quais, por sua vez, dão origem à identificação das ameaças e oportunidades associadas ao FCD em avaliação. Esta análise é feita considerando a não implementação das alterações do plano em avaliação.

Quadro 16 - Análise SWOT no âmbito do FCD – Agentes de Desenvolvimento

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento populacional, presença de população jovem, taxa de actividade significativa e poder de atracção populacional. • Companhia das Lezírias como principal agente dinamizador do sector agrícola e silvo-pastoril. • Existência da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo (CULT), e de estudos efectuados no seu âmbito: Estudo Integrado da Mobilidade e Sistemas de Transportes nos concelhos que integram a CULT. 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de uma associação de cariz ambiental num concelho com um elevado valor natural e paisagístico.
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Participação mais activa por parte dos cidadãos no que respeita ao planeamento territorial, assim como aos instrumentos de gestão ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda de identidade-tradições locais.

5.3. EFEITOS ESPERADOS DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE POR FACTOR CRÍTICO PARA A DECISÃO

5.3.1. DESENVOLVIMENTO DE BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Benavente será efectuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente e os indicadores estabelecidos para o FCD – Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial (Quadro 17). A proposta de revisão do PDM de Benavente poderá assim consubstanciar um conjunto de efeitos positivos e negativos que importa considerar.

Quadro 17 - Avaliação dos efeitos dos objectivos estratégicos da proposta de revisão do PDMB nos indicadores estabelecidos para o FCD – Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial

Domínio	Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Qualificação humana	Evolução da população residente	Benavente revela dinâmicas interessantes, seja a nível demográfico seja a nível da procura e da fixação de novos investimentos e de novas estruturas empresariais, pelo que se espera uma evolução positiva e significativa da população residente do concelho de Benavente como o principal indutor do crescimento global regional. Destaca-se ainda no contexto regional e sub regional pelo exacerbado aumento populacional que registou no último decénio inter censitário. Curiosamente, também neste indicador, Benavente destaca-se do padrão nacional e regional, no sentido positivo, uma vez que é o único concelho onde o aumento populacional registado, não se deveu exclusivamente ao aumento dos escalões etários mais velhos. Em Benavente todos os escalões etários tiveram variação positiva, o que demonstra um forte potencial de atracção que importa preservar e qualificar, pelo que a observação atenta do comportamento deste indicador se revestir de sinal positivo e significativo.	
	Evolução da População residente por grupos etários		
	Variação da População Activa por sectores de actividade	Fortalece e diversifica a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa e os próprios sectores de actividade.	-
	População residente, segundo a qualificação académica	Estes indicadores apresentam alguma independência relativamente ao processo de elaboração do PDM. No entanto é expectável que a implementação do PDM induza sobre eles dinâmicas positivas.	
	Estruturas de apoio à formação profissional		
	Sócio - Economia	Sectores empresariais chave (n.º de empresas por sector).	Contribuição positiva e significativa na estratégia de desenvolvimento para o concelho invertendo o carácter periférico de Benavente, afirmando o território como um espaço estruturado, legível, agradável e o mais social e solidariamente, justo possível.
Capacidade de realização dos fundos de apoio e de incentivo a práticas agrícolas sustentáveis (taxa de execução)		A dinâmica empresarial/industrial tem reflexos positivos na capacidade de utilização dos apoios comunitários, que contribui (também) para o fortalecimento e diversificação da base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa.	-
Número de produtos locais certificados		Fortalece e diversifica a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa, promovendo e implementando uma estratégia de imagem e de marketing de cidade.	-
Taxa de Actividade			-
Taxa de Desemprego		Fortalece e diversifica a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa, ao mesmo tempo que deve assumir como dever a qualidade de serviço ao cidadão.	Um aspecto com repercussões negativas e significativas na base económica/empresarial, não contribuindo para a construção de um território para todos, sem exclusões nem excluídos.
Número de intervenções qualificadoras e respectiva área (ao nível do tecido construído - armazéns, indústrias, e do		A reestruturação e a qualificação destas áreas multiusos, base impulsadora para a fixação de actividades logísticas e empresariais, através do fomento desta opção estratégica contribui não só, de uma forma positiva e significativa, para o correcto	-

Domínio	Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
	espaço público).	ordenamento biofísico e paisagístico do território integrado no concelho de Benavente, como fortalece e diversifica a base económica/empresarial.	
	Número de equipamentos e serviços de apoio empresarial instalados	Fortalece e diversifica a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa, avaliando as complementaridades e as incompatibilidades entre as componentes territoriais, que também se pretendem valorizar.	-
	Taxas de cobertura das ALE por parte das novas redes de comunicações e partilha e troca de informação.	O concelho de Benavente é marcado por uma forte dinâmica empresarial/industrial, pela proliferação de unidades industriais e de armazenagem em especial nos eixos viários de passagem e, mais recentemente em espaços infra-estruturados, assumindo, cada vez mais, um papel de extensão e de desconcentração da actividade industrial e logística da AML, potenciado pelo quadro de acessibilidades que o envolve e atravessa Apostando neste tipo de atitude fortalece-se e diversifica-se a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa.	-
	Número de camas em hotelaria convencional	Desenvolve de uma forma positiva, significativa e sustentada o sector do Turismo, com reflexos a nível da componente turística, contribuindo para a construção de um território do Lazer e também da base sócio-económica.	-
	Variação da População Activa por sectores de actividade	Fortalece e diversifica a base económica/empresarial de uma forma positiva e significativa e os próprios sectores de actividade.	-
	Área de espaços infra-estruturados e estruturados para acolhimento de novas empresas	Sendo um território com vocação para o acolhimento de actividades empresariais, torna-se necessário definir uma estratégia para a localização e o fomento da actividade industrial. Neste contexto, e de uma forma positiva e significativa é espectável o fortalecimento e diversificação da base económica/empresarial.	-
	Número de equipamentos do terciário qualificado em especial ensino superior e empresas de base tecnológica.	Este indicador apresenta alguma independência relativamente ao processo de elaboração do PDM. No entanto é expectável que a implementação do PDM induza sobre eles dinâmicas positivas.	

5.3.2. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Benavente será efectuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente e os indicadores estabelecidos para o FCD – Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade (Quadro 18). A proposta de revisão do PDM de Benavente poderá assim consubstanciar um conjunto de efeitos positivos e negativos que importa considerar.

Quadro 18 - Avaliação dos efeitos dos objectivos estratégicos da proposta de revisão do PDMB nos indicadores estabelecidos para o FCD – Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e Mobilidade

Domínio_ Ambiente Urbano		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Evolução da densidade populacional	A densidade populacional e de alojamentos são os indicadores reais da intensidade de apropriação dos espaços, tendo em consideração as condicionantes e características morfológicas dos territórios em presença. A análise destes indicadores reforça a ideia apresentada de que Benavente é o espaço de “descompressão” pela presença de elementos e espaços naturais de qualidade e pela contínua preservação dos mesmos em equilíbrio com o crescimento urbano. É neste contexto que a monitorização deste indicador se tornar positivo e significativo numa aproximação ao modelo tipo morfológico.	-
Varição da área afecta ao solo urbanizado/afecção do solo urbano	Esta variação será positiva e significativa se pressupõe estruturar o território urbanizado, formal ou mesmo informalmente, mas recusando exceder os parâmetros urbanísticos tradicionais.	-
Solo afecto à estrutura ecológica municipal (variação anual)	Afirmar o sistema biofísico como estruturante e estruturador da organização territorial, poderá contribuir de uma positiva e significativa para a variação anual desta estrutura.	-
Espaço de atividades económicas	Esta afectação para que tenha resultados positivos e significativos deverá oferecer espaços empresariais atractivos e qualificados mas acima de tudo “amigos e compatíveis” com o Ambiente.	-
Espaço turístico	Esta afectação deverá ir ao encontro da dinamização e potenciar a aposta no sector do Turismo, considerando duas vertentes essenciais: O golfe e a segunda residência e o Turismo de Natureza e de forte vertente Ambiental. Só desta forma as novas afectações poderão ter um sinal positivo e significativo.	-
Espaço florestal	O concelho tem uma área de 521Km ² , dos quais 250Km ² (cerca de metade do concelho) têm uso florestal e 34Km ² têm uso agrícola. Neste contexto este indicador torna-se positivo e significativo.	-
Espaço natural	Com espaços naturais de valor inigualável, o concelho de Benavente afirma-se como estrutural na preservação de níveis de qualidade ambiental de um território alargado. Como já foi referido na fase anterior da Revisão do PDM, assume-se que o concelho de Benavente é o verdadeiro Pulmão verde da AML, funcionando de charneira entre esta última e a região da Lezíria e Vale do Tejo. Contemplar preocupações de salvaguarda e equilíbrio do meio natural constituem marcas de qualidade que cada vez mais fazem a diferença aquando da comercialização e escoamento dos produtos do meio rural. Este indicador fornece-nos informação positiva e significativa, quanto à salvaguarda e equilíbrio do meio natural e que por isso deverão ser alvo de regras mais “apertadas” de uso e apropriação.	-
Espaço agrícola	Entendido como correspondente às áreas que possuem características mais adequadas à prática da agricultura, agro-pecuária e pecuária. Territorialmente, aparecem na sua maioria, na envolvente dos espaços de ocupação urbana e próximo dos cursos de água. Neste contexto haverá que controlar a sua	-

Domínio_ Ambiente Urbano		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
	ocupação não agrícola. Para isso este indicador pode actuar de uma forma positiva e significativa.	
Espaços verdes urbanos	Áreas com função de equilíbrio ecológico e de acolhimento de actividades de ar livre de recreio, lazer, desporto e cultura, agrícola ou florestais, coincidindo no todo ou em parte com a estrutura ecológica municipal, assumindo o papel de corredor de ligação ou de diferenciação, entre diferentes categorias de espaços. Neste contexto haverá que controlar a sua ocupação/transformação. Para isso este indicador pode actuar de uma forma positiva e significativa.	-
REN	A Reserva Ecológica Nacional (REN) é uma estrutura biofísica que integra o conjunto das áreas que pelo valor e sensibilidade ecológicos ou pela exposição e susceptibilidade perante riscos naturais são objecto de protecção especial. O seu regime jurídico encontra-se estabelecido no Decreto-Lei nº166/2008, de 22 de Agosto. Neste contexto e estando presente uma reserva com um estatuto com uma sensibilidade ecológica bastante grande é positivo e significativo um indicador que nos avalie a destruição dos sistemas biofísicos desta reserva.	-
RAN	A Reserva Agrícola Nacional (RAN) destina-se a defender as áreas de maiores potencialidades agrícolas, ou que foram objecto de importantes investimentos destinados a aumentar a sua capacidade produtiva, tendo como objectivo o progresso e a modernização da agricultura portuguesa. Esta modernização, para além do pleno aproveitamento agrícola dos melhores solos e a sua salvaguarda, torna necessário a existência de explorações agrícolas bem dimensionadas. Assim, torna-se indispensável a salvaguarda desta reserva com ocupações não agrícolas, pelo que a existência de um indicador que nos faça a monitorização desta reserva se revelar positivo e significativo.	-
Número total de explorações agro-pecuárias	Para além do seu potencial endógeno de desenvolvimento, em Benavente a agricultura e a pecuária tem ainda alguma expressão, pelo que este indicador nesta matéria se tornar positivo e pertinente, pelo facto do PDM em vigor que agora se revê considerar já o sector agrícola e agro-florestal como factor chave da sustentabilidade do concelho de Benavente. Este tipo de actividades tem impactos importantes no território e no ambiente natural.	-
Número total de explorações agro-pecuárias a reconverter	Um dos pontos fundamentais nesta matéria é a sustentabilidade ambiental destas explorações, ou seja, importa delinear um programa de acção que assegure o tratamento dos detritos e monitorize periodicamente o seu funcionamento. No que respeita às implicações territoriais que este tipo de actividades encerram, será possível propor a reconversão de explorações de produção animal existentes, tornando-se positiva a existência deste indicador que nos indique o n.º de explorações a reverter, no contexto da sua sustentabilidade ambiental ou da sua viragem para novos segmentos de	-

Domínio_ Ambiente Urbano		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
	produção para mercados emergentes, nomeadamente a agricultura biológica.	
Acesso da população a sistemas de tratamento de águas residuais domésticas servidas por ETAR em funcionamento	- Actualmente cerca de 76% da população do concelho é abrangida por sistemas de drenagem de águas residuais e cerca de 71% da população é servida por sistemas de tratamento de águas residuais. A implementação da revisão do Plano sugere que estes valores aumentem, pelo que o efeito esperado é positivo.	
Acesso da população a sistemas de água potável (abastecimento superficial e subterrâneo)	O abastecimento de água potável é hoje uma comodidade essencial para a qualidade de vida das populações. O concelho de Benavente, relativamente à Rede de Abastecimento de Água, apresenta actualmente uma cobertura em termos populacionais de 98%. Podemos verificar que a rede pública de abastecimento de água serve, essencialmente as zonas residenciais e de serviços do concelho, visto que as zonas industriais, usufruem por norma, de sistemas de abastecimento próprio. Considerando o aumento progressivo das necessidades do concelho de Benavente, em consequência do seu notável crescimento demográfico a rede de abastecimento pública de água tem aumentado consideravelmente, em grande parte à custa de operações de loteamento, pelo que o indicador referido ser positivo e significativo, na medida em que nos permite verificar até que ponto esta cobertura se mantém, ou não.	-
Instrumentos de gestão eficazes, de nível municipal	A região de Lisboa e Vale do Tejo tem uma dinâmica complexa, existindo um vasto conjunto de instrumentos de planeamento e gestão que traçam retratos sócio económicos e territoriais e definem estratégias e programas de acção concretos para o desenvolvimento e equilíbrio regional. Benavente, estando integrado nesta região é contemplado nos estudos, pelo que o concelho tem um papel na concretização das estratégias delineadas à escala regional. Neste contexto é fundamental existir um indicador que nos diga quais desses instrumentos são ou eficazes, para que estes possam sustentar um modelo de desenvolvimento de base territorial.	-
Número de loteamentos aprovados	Através de loteamentos com vista à construção de blocos de habitação ou de venda de terrenos para construção de moradias, assiste-se à transformação da propriedade rústica em propriedade urbana. Visando a rentabilidade do terreno disponível, os loteamentos surgem autónomos entre si, onde a ocupação com diferentes tipologias de construção e a sua organização em malhas independentes conduzem à formação como que de uma manta de retalhos que envolve o aglomerado de Benavente. Através deste indicador, positivo e significativo, tem-se uma noção das novas afectações associadas ao uso e transformação do território, geralmente localizado numa zona periférica do aglomerado “bairros dormitórios”.	-

Domínio_ Ambiente Urbano		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Número de montantes investidos nas intervenções de requalificação urbana	A nível regional, Benavente é um território de oportunidade, pelo que se torna necessário investir no domínio da requalificação urbana para se acautelar de novas formas de ocupação habitacional e para núcleos de desenvolvimento turístico. Só através de um indicador desta natureza se poderá (de uma forma positiva e significativa) monitorizar este tipo de acções.	-
Número de intervenções a nível da estrutura edificada e montantes investidos	Situada numa zona sísmica, a vila de Benavente, desde muito cedo se viu confrontada com a recuperação do seu edificado. A habitação social caracteriza genericamente as intervenções urbanas dos anos 60. Neste contexto, é positivo e significativo saber-se não só o investimento como o n.º de intervenções na estrutura edificada.	-
Número de intervenções a nível da estrutura viária e montantes investidos	A melhoria das vias, a dependência do transporte público da rede viária principal, e a existência de uma rede um transporte escolar, devem determinar o reforço do serviço da rede de transportes públicos de passageiros, pelo que as intervenções e montantes investidos na acessibilidade é positivo e significativo.	-
Montantes investidos a nível da intervenção no espaço público urbano	Para além da criação de outras intervenções no espaço público, julga-se necessária a criação de vias urbanas que ajudem a estruturar o aglomerado urbano de Benavente, de entre outros. Nesse contexto ser positivo e significativo um indicador que nos informe das acções que se vão fazendo, no âmbito da modernização e reestruturação desse espaço público urbano e da promoção da identidade de um espaço de maior centralidade nas malhas urbanas existentes existente. Intervenções que potenciem a imagem mais urbana e consolidada.	-
Número/área de ocupação e respectiva tipologia de parques de estacionamento	O estacionamento constitui um dos problemas dos aglomerados do concelho e em especial dos núcleos urbanos de Benavente e Samora Correia, essencialmente nos seus núcleos mais antigos, pelo que a existência de um indicador desta natureza ser positivo e significativo, tendo como objectivo avaliar a evolução deste tipo de infra-estrutura, tendo em conta o défice de estacionamento para além da necessidade premente de criação de alguns parques de estacionamento, importa rapidamente avaliar o nível de comprometimento da sua localização e impor a definição de regras para o dimensionamento da oferta de estacionamento em novos loteamentos e construções, que poderão ir para além do imposto na legislação aplicável.	-
Montante investido em projectos (espaços verdes, de lazer e de recreio, desportos radicais e de aventuras) criados nas zonas ribeirinhas	A valorização destes territórios nas diferentes vertentes, por forma a torná-los territórios inclusivos e não exclusivos têm uma grande importância para as populações aí residentes, pelo que todo o investimento nesta matéria deve ser avaliado por este indicador que se torna positivo e significativo.	-
Tempo de deslocação por meio de transporte.	O trânsito automóvel de atravessamento que se verifica no interior de Benavente e de Samora Correia, é um problema que é necessário resolver, pois dificulta por estrangulamento a circulação automóvel e torna perigosa e	-

Domínio_ Ambiente Urbano		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
	desagradável a circulação pedonal. Esta situação passa por resolver o trânsito de atravessamento com atitudes que poderão passar pela alteração da postura do trânsito, adoptando a solução de sentidos únicos. É importante o tratamento do espaço passem necessariamente por redimensionamento de passeios, dotação de elementos que facilitem a leitura do espaço, mobiliário urbano, arborização, elementos de dissuasão de velocidade automóvel. Ora um indicador desta natureza permite avaliar de forma positiva e significativa a melhoria ou não do tempo de deslocação.	

Domínio_ Transportes		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
Novas vias rodoviárias que sustentem o transporte intermunicipal e urbano, articulado com as redes de transportes públicos em perspectiva.	O concelho de Benavente, fruto de recentes e futuras intervenções em termos de acessibilidades, poderá assumir uma posição de relevo no agrupamento da Sub-região da Lezíria do Tejo, ao localizar-se no entroncamento de dois importantes Itinerários Principais, a A10 e a A13. Neste contexto novas vias têm uma carga positiva e significativa nas ligações intermunicipais	
Investimento em novas vias de comunicação, tendo em conta novos cenários relacionados com a futura localização do aeroporto e traçado da alta velocidade.	Estes investimentos conferem a este território uma excelente posição (positiva e significativa), no domínio dos transportes públicos de longo curso, ligação aos principais centros de decisão (Lisboa), à região fronteiriça (Madrid) e no relacionamento com os concelhos circundantes, para além da articulação com um hipotético cenário relacionado com a localização do novo aeroporto	-
Vias pedonais/ciclovias	Programar o tratamento dos largos, praças e jardins urbanos e criar percursos pedonais de ligação e relação entre eles. Potenciar a criação de espaços de enquadramento aos equipamentos, como praças ou jardins onde possam ocorrer acontecimentos sociabilizantes. Neste contexto ser positivo e significativo este indicador no âmbito do criar e estruturar uma rede qualificada de espaços de encontro e socialização, integrando espaços naturais complementares.	-
Número de projectos no contexto da mobilidade sustentável e da mobilidade para todos	A mobilidade urbana sustentável pode ser definida como o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, através da priorização dos modos não-motorizados e colectivos de transporte, de forma efectiva, que não gere segregações espaciais, socialmente inclusiva e ecologicamente sustentável. Baseado nas pessoas e não os veículos. Trata-se de uma atitude inclusiva, a ter	-

Domínio_ Transportes		
Indicadores	Efeitos esperados positivos	Efeitos esperados negativos
	em consideração em todas as intervenções sejam novas sejam existentes. Há que eliminar barreiras, como a dimensão dos passeios de acordo com a lei, o rebaixamento regulamentar de passeios nas passadeiras de peões que os distingam de acessos a garagens, espaços reservados a deficientes e identificados nos parques de estacionamento público, sinais acústicos nos semáforos. A existência de um indicador que avalie esta atitude de inclusão é positiva e significativa.	

5.3.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente apresenta-se no Quadro 19 a relação destas com os indicadores estabelecidos para cada domínio no âmbito do FCD – Desenvolvimento Turístico. Pretende, assim, demonstrar-se a importância deste FCD no contexto da revisão do PDM em análise.

Quadro 19 - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente nos indicadores estabelecidos para o FCD – Desenvolvimento Turístico

Domínio	Indicadores	Efeito Esperado positivo	Efeito esperado negativo
Património Natural	Espaços Naturais (Zonas Ribeirinhas, Reserva Natural do Estuário do Tejo, pauis, entre outros) com aptidão turística	Efeito esperado positivo, uma vez que é objectivo do município desenvolver o sector turístico de forma sustentada, aproveitando para tal as mais valias naturais que o território de Benavente proporciona. Como tal, foi já apresentado um relatório sobre estratégias de turismo sustentável que possam vir a ser aplicadas no território. Efeito significativo.	<p>A estratégia definida pelo PDM de Benavente não produz qualquer efeito negativo directo sobre os indicadores referenciados.</p> <p>Pode, no entanto, ao suscitar maior interesse pelo turismo, o recreio, o lazer e os valores patrimoniais, contribuir para uma maior procura ao nível do turismo, das visitas, das estadias e das actividades realizadas, que podem, por sua vez, implicar o aumento da capacidade de carga sobre um território que é naturalmente sensível.</p> <p>A execução de empreendimentos turísticos e de unidades de turismo em espaço rural, ou mesmo, a prática de actividades lúdicas e recreativas ou de visitação em ambientes naturais pode gerar necessidades de edificações consumidoras de espaço e fluxos de tráfego e de estacionamento que podem afectar o sistema biofísico.</p> <p>Eventuais efeitos negativos sem significado.</p>
	Espaço Rural com aptidão turística	O município de Benavente possui áreas agrícolas e florestais no seu solo rural com grandes potencialidades para o desenvolvimento de actividades turísticas que tenham em conta a preservação desses mesmos espaços. Como tal, é esperado que o contributo da revisão do PDM seja positivo para a promoção deste indicador, no que diz respeito ao desenvolvimento turístico, uma vez que esta actividade poderá ter efeitos de revitalização de espaços que se encontram de momento, menos aproveitadas. Efeito significativo.	
	Percurso Pedestres	A revisão do PDM de Benavente irá contribuir positivamente para a promoção de percursos pedestres e circuitos turísticos, uma vez que é objectivo do município criar estas infra-estruturas, de modo a permitir um melhor conhecimento do seu território e a desenvolver, de forma sustentável, a actividade turística.	
	Circuitos Turísticos	Criação de percursos pedestres e circuitos turísticos que permitam um melhor conhecimento do território. Efeito significativo.	
	Actividades de turismo em espaço natural	A execução da estratégia de desenvolvimento implícita no PDMB permitirá o desenvolvimento de actividades nos sectores do turismo rural e mundo equestre que podem gerar capacidade diferenciadora do município relativamente ao contexto regional. Efeito significativo.	
	Actividades de turismo rural	Efeito esperado positivo, uma vez que é objectivo do município desenvolver o sector turístico de forma sustentada, aproveitando para tal as mais valias naturais que o território de Benavente proporciona. Como tal, foi já apresentado um relatório sobre estratégias de turismo sustentável que possam vir a ser aplicadas no território. Efeito significativo.	
Património Cultural e Arquitectónico	Eventos culturais/Ações de divulgação cultural	A sistematização e caracterização dos valores do património poderá permitir a sustentação de uma estratégia de valorização desse mesmo património contribuindo para a construção de mais um elemento diferenciador e atractivo de interesses e de investimentos. Efeito significativo.	
	Imóveis Classificados		
	Outros Imóveis de Interesse Arquitectónico		
	Sítios Arqueológicos		
Turismo e Lazer	Infra-estruturas e equipamentos de turismo e lazer associadas ao golfe	Da execução do PDMB pode resultar uma melhoria significativa de Infraestruturas e de equipamentos de apoio ao desenvolvimento do sector do turismo. Este facto produzirá efeitos positivos significativos a vários níveis, nomeadamente no fortalecimento da base económica municipal e do emprego como também na afirmação de uma imagem mais qualificada do município. Efeitos Significativos a nível da capacidade competitiva do município.	
	Empreendimentos turísticos/resorts		
Turismo Rural	Coudelarias/Centros Hípicos	A execução da estratégia de desenvolvimento implícita no PDMB permitirá o desenvolvimento de actividades nos sectores do turismo rural e mundo equestre que podem gerar capacidade diferenciadora do município relativamente ao contexto regional.	
	Agro-turismo		
	Infra-estruturas de apoio à actividade económica (Companhia das Lezírias)		

5.3.4. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL

5.3.4.1. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

A análise dos efeitos esperados pela proposta de revisão do PDM de Benavente será efectuada tendo por base os efeitos significativos que poderão ser observados ao nível dos indicadores definidos.

As opções estratégicas e respectivos objectivos da proposta de revisão do Plano Director Municipal de Benavente podem consubstanciar diferentes contributos ou conflitos ao nível dos elementos caracterizados por alguns indicadores seleccionados para a análise do domínio Conservação e Valorização do Património Natural que são sistematizados no Quadro 20.

Importa contudo referir que para o território abrangido pela Reserva Natural do Estuário do Tejo, existe um Plano de Ordenamento eficaz, o qual, enquanto Plano Especial se sobrepõe aos Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT). Desta forma, a revisão do PDM de Benavente não tem incidência sobre aquela área natural.

Quadro 20 – Efeitos esperados pela proposta de revisão do PDM de Benavente identificados para os indicadores definidos no domínio Conservação e Valorização do Património Natural

Domínios	Indicadores	Efeito Esperado positivo
Áreas integradas no Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC)	Área do Município integrada no Sistema Nacional de Áreas Classificadas	A proposta de revisão do PDM de Benavente ambiciona <i>“Integrar e Valorizar o sistema natural no meio urbano”</i> , através da consideração de <i>“espaços biofisicamente sensíveis, identificando áreas prioritárias para a conservação (Espaços controlados por regras de sustentabilidade que garantam o funcionamento dos sistemas naturais)”</i> garantindo-se desta forma a valorização e salvaguarda de áreas integradas no SNAC.
	Plano de gestão para a área classificada	
	Equipamentos de apoio à interpretação / divulgação valores naturais	A proposta de revisão deste PDM ambiciona, de acordo com o objectivos estratégicos estabelecidos, <i>“estabelecer protocolos que permitam pensar em instalar centros de educação e informação ambiental”</i> , garantindo-se assim a instalação de equipamentos de apoio à interpretação e divulgação de valores naturais.
	Acções de exploração sustentável do meio natural	É objectivo desta proposta de revisão do PDM de Benavente a valorização de elementos naturais, nomeadamente através da definição de percursos de interesse paisagístico, conjecturando-se um efeito esperado positivo.
	Acções de divulgação e de sensibilização ecológica	
Rotas ou programas de visitação		
	Trilhos de interpretação devidamente equipados e sinalizados, centro de interpretação ambiental	
Estrutura Ecológica Municipal	Área do Concelho Integrada na EEM*	Consta, enquanto objectivo estratégico desta proposta de revisão do PDM de Benavente, a necessidade de <i>“Valorizar a Estrutura Ecológica Municipal, entendendo-a como instrumento capaz de preservar e valorizar o património natural do concelho, promovendo a sua ligação ao património construído, nomeadamente aglomerados com características de interesse para o registo histórico do povoamento, mas também capaz de garantir a qualidade ambiental dos espaços urbanos e a sua articulação com os espaços rurais”</i> , pelo que se considera que a revisão do PDM possa consubstanciar um efeito esperado positivo.
	Áreas/sistemas ecológicos e valores integrados em espaços de EEM*	
	Corredores ecológicos entre áreas nucleares para a conservação de espécies	
Gestão, Conservação e Valorização da Floresta	Área de floresta de protecção	É objectivo da proposta de revisão do PDM de Benavente desenvolver e modernizar a actividade florestal, designadamente através da sua preservação e do incentivo à florestação com espécies autóctones de maior valor, como o sobreiro e pinheiro manso, garantindo-se, desta forma, um efeito positivo nestes indicadores.
	Área de floresta com plano(s) de acção e/ou gestão proposto(s)	
	Parques e percursos devidamente equipados e sinalizados, em áreas florestais	Como indicado anteriormente, é objectivo desta proposta de revisão do PDM de Benavente a valorização de elementos naturais, nomeadamente através da definição de percursos de interesse paisagístico, conjecturando-se um efeito esperado positivo.

5.3.4.2. QUALIDADE AMBIENTAL

A análise dos efeitos esperados da proposta de revisão do PDM de Benavente será efectuada com base na avaliação da relação entre os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente e os indicadores estabelecidos para o Domínio - Qualidade Ambiental (Quadro 21). A proposta de revisão do PDM de Benavente poderá assim consubstanciar um conjunto de efeitos positivos e negativos que importa considerar.

Quadro 21 - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente nos indicadores estabelecidos para o Domínio: Qualidade Ambiental

Domínios	Indicadores	Efeito esperado positivo	Efeito esperado negativo
Resíduos	Produção de resíduos sólidos urbanos	-	A proposta de revisão do PDM prevê um aumento da produção de resíduos sólidos urbanos a nível concelhio decorrente do previsível aumento da população residente. Este efeito, apesar de negativo, é considerado como pouco significativo, uma vez que o concelho pretende aumentar os níveis de separação selectiva de resíduos sólidos urbanos, sendo que, desta forma, se diminuem os quantitativos a depositar em aterro.
	Valorização de resíduos sólidos urbanos	A proposta de revisão do PDM prevê uma melhoria ao nível do sistema de gestão de Resíduos Sólidos Urbanos e um consequente aumento dos níveis de recolha selectiva de resíduos. Considera-se este efeito significativo.	-
	Sistemas de recolha selectiva de resíduos sólidos urbanos		-
	Investimento municipal ao nível da gestão de resíduos		-
Água	Qualidade da água superficial de acordo com os fins a que se destina		- A possível degradação da qualidade da água superficial e subterrânea, verificada actualmente, devido à falta de ligação da população aos sistemas de drenagem e tratamento de águas residuais, constitui um efeito considerado como negativo e significativo, uma vez que poderá promover a contaminação dos recursos hídricos. Esta situação será invertida com a ligação dos aglomerados populacionais à rede de drenagem e tratamento de águas residuais, prevista na proposta de revisão do PDM de Benavente.
	Qualidade da água subterrânea	<p>A proposta de revisão do PDM de Benavente prevê o desenvolvimento de acções que visem a preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, nomeadamente através de acções de educação e sensibilização ambiental. Considera-se este efeito como positivo e significativo, uma vez que o concelho apresenta uma rede hidrográfica extensa, que precisa de ser preservada.</p> <p>Por outro lado, a proposta de revisão do PDM de Benavente, ao não permitir a instalação de mais explorações agro-pecuárias (com excepção do espaço territorial integrado na Companhia das Lezírias) demonstra uma preocupação ao nível da protecção dos recursos hídricos contra a poluição causada pelas actividades agro-pecuárias, nomeadamente no que concerne à contaminação das águas por nitratos de origem agrícola, uma vez que todo o concelho de Benavente se encontra inserido na Zona Vulnerável 5 - Tejo, de acordo com o estipulado na Portaria 1366/2007. Considera-se este efeito como positivo e significativo.</p>	<p>- A possível degradação da qualidade da água decorrente da descarga de efluentes não tratados provenientes das actividades agro-pecuárias, existentes actualmente no concelho, apresenta um efeito considerado como negativo e significativo. De referir, neste contexto, que todo o concelho de Benavente se insere na Zona Vulnerável 5 – Tejo.</p> <p>- A proposta de revisão do PDM prevê a implantação de campos de golfe, pelo que a utilização de adubos e fertilizantes, ao nível da manutenção dos campos de golfe, será uma realidade. Neste sentido, uma vez que pode ocorrer contaminação das águas subterrâneas, considera-se este efeito negativo e significativo.</p>

Domínios	Indicadores	Efeito esperado positivo	Efeito esperado negativo
	Consumo de água	A proposta de revisão do PDM de Benavente prevê dotar o concelho de infraestruturas de abastecimento de água para consumo humano, capazes de dar resposta às necessidades das populações. Desta forma, é previsível um aumento da taxa de população servida por sistemas de abastecimento de água para consumo humano. Considera-se este efeito como positivo e significativo.	A proposta de revisão do PDM prevê um aumento do consumo de água decorrente do previsível aumento da população residente concelhia. No entanto, como se prevê a dotação de infra-estruturas adequadas que permitirão dar resposta às necessidades das populações, este efeito, apesar de ser negativo, é considerado como pouco significativo. Outro aspecto relevante relacionado com este indicador é o previsível aumento do consumo de água decorrente da instalação de campos de golf e de empreendimentos turísticos. Considera-se este efeito, além de negativo, como significativo.
	População servida por sistemas de abastecimento de água para consumo		-
	Perdas no sistema de abastecimento	A proposta de revisão do PDM de Benavente pretende promover: <ul style="list-style-type: none"> - A redução das perdas de água no sistema de abastecimento. - a optimização da eficiência do sistema de abastecimento de água; - o desenvolvimento de acções que melhorem a eficiência ao nível dos sistemas de abastecimento de água, de forma a diminuir o valor das perdas no sistema; Neste sentido, os efeitos referidos são considerados positivos e significativos.	-
	População servida por sistema de drenagem de águas residuais	A proposta de revisão do PDM de Benavente prevê dotar o concelho de infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais, capazes de dar resposta às necessidades das populações. Neste sentido, é previsível que ocorra um aumento da percentagem de população servida por sistema de drenagem e tratamento de águas residuais ambiental, sendo este efeito considerado como positivo e significativo.	A proposta de revisão do PDM de Benavente prevê um aumento da população residente, sendo expectável a ocorrência de um aumento da produção de águas residuais domésticas produzidas a nível concelhio. Considera-se que este efeito é negativo, no entanto, pouco significativo, uma vez que a proposta prevê a dotação de infra-estruturas necessárias para dar resposta às necessidades das populações.
	População servida por sistema tratamento de águas residuais		

Domínios	Indicadores	Efeito esperado positivo	Efeito esperado negativo
Ruído	Planos de Redução de Ruído	-	É previsível a ocorrência de um aumento dos níveis de ruído, decorrente do aumento previsível do tráfego rodoviário a nível concelhio e das novas infra-estruturas viárias que se pretendem criar no concelho. Este efeito negativo será concretizado mais adiante no presente relatório ambiental, enquanto ameaça.
	População exposta a níveis sonoros superiores aos valores limite		
Ar	Qualidade do ar	-	<p>A previsível ampliação de unidades industriais, decorrente da proposta de revisão do PDM de Benavente podem contribuir para a degradação da qualidade do ar do concelho. Neste contexto, considera-se este efeito como negativo, no entanto, pouco significativo, uma vez que, por imposições legais, as unidades industriais instaladas ou a instalar deverão garantir (caso seja aplicável) a instalação de um adequado sistema de tratamento de efluentes gasosos.</p> <p>Para além do referido, importa salientar que a proposta de revisão do PDM de Benavente apresenta uma aposta na criação de espaços industriais que visem a protecção ambiental.</p>
	Dias com parâmetros de qualidade do ar acima dos limites		
	Número de empresas sujeitas ao Comércio Europeu de Licenças de Emissão		
Energia	Consumo de energia gás, electricidade, combustíveis líquidos)	-	<p>É previsível a ocorrência de um aumento do consumo de energia decorrente do previsível aumento da população residente concelhia. Este efeito é considerado como negativo, no entanto pouco significativo.</p> <p>A proposta de revisão do PDM de Benavente não contempla a adopção de soluções que visem promover a eficiência energética, nem a produção de energia a partir de fontes de energia renovável. Neste sentido, este efeito é considerado como negativo, no entanto, pouco significativo, no caso de serem tidas em consideração as medidas constantes no plano de controlo do presente Relatório Ambiental.</p>
	Projectos com adopção de soluções de eco-eficiência energética		
	Produção de energia através de recursos renováveis		

5.3.4.3. PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente apresenta-se no Quadro 22 a relação destas com os indicadores estabelecidos no domínio “Património Histórico/Cultural”. Pretende assim demonstrar-se a importância deste FCD no contexto da revisão do PDM em análise.

Quadro 22 - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente nos indicadores estabelecidos para o Domínio – Património Histórico e Cultural

Domínios	Indicadores	Efeito esperado positivo	Efeito esperado negativo
Património Histórico e Cultural	Obras em edifícios históricos	A preservação e recuperação de imóveis de interesse patrimonial representa efeitos positivos significativos a dois níveis distintos: Por um lado permite a salvaguarda e preservação dos valores da memória e da história do município e, por outro, permite dar utilização e função a esses mesmos imóveis, dinamizando partes do Centro Antigo ou sítios específicos.	Efeitos negativos não esperados
	Reabilitação de edifícios urbanos degradados		
	Imóveis classificados	A identificação, inventariação e caracterização dos valores patrimoniais permite sustentar a definição de uma estratégia de valorização desse património e, assim, constituir mais um factor de interesse e de atracção de visitantes para o município. A elaboração de uma Carta de Valores Patrimoniais associada ao estabelecimento de percursos ou rotas temáticas pode ser um exemplo a desenvolver. No seguimento do processo o município pode promover procedimentos de classificação de valores patrimoniais como Interesse Municipal.	A estratégia definida pelo PDM de Benavente não produz qualquer efeito negativo directo sobre os indicadores referenciados. Pode, no entanto, ao suscitar maior interesse pelos valores patrimoniais contribuir para uma maior procura ao nível de visitas, das estadias e das actividades realizadas, que podem, por sua vez, implicar o aumento da capacidade de carga sobre um território que é naturalmente sensível.
	Imóveis Inventariados		
	Sítios Arqueológicos		

5.3.5. PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO DE RISCOS

Com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente apresenta-se no Quadro 23 a relação destas com os indicadores estabelecidos para cada domínio no âmbito do FCD – Prevenção/Mitigação dos Riscos. Pretende assim demonstrar-se a importância deste FCD no contexto da revisão do PDM em análise.

Quadro 23 - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente nos indicadores estabelecidos para o FCD – Prevenção/Mitigação dos Riscos

Domínios	Indicadores	Efeito Esperado Positivo	Efeito Esperado Negativo
Incêndio	Área ardida	A proposta de revisão do PDM assume princípios e objectivos de sustentabilidade bem como de preservação e manutenção da qualidade do espaço natural que integra o território. A componente florestal, sendo um valor natural da região, com a presença de montados de sobro de elevada extensão, deve ser conservada, sendo tal aspecto umas das preocupações expressas pela revisão do PDM. Deste modo, os efeitos esperados para os indicadores apresentados são positivos significativos.	-
	Número de ocorrências de incêndio		-
	Cumprimento das acções/programas dos Eixos Estratégicos do PMDFCI de Benavente		-
	Áreas edificáveis ou urbanizáveis em áreas com risco de incêndio das classes alta a muito alta	Pese embora se verifique no concelho uma área considerável classificada como risco de incêndio médio a elevado, não são de esperar efeitos negativos face à actual proposta de ordenamento. Tal justifica-se pelo facto do concelho integrar um plano intermunicipal de combate a incêndio floresta, ferramenta que nesta matéria é elemento chave para a gestão da ocorrência de incêndios florestais, bem como para a orientação das actividades a realizar em cada espaço do território. Verifica-se, efectivamente, a presença de espaço de turismo e de edificação dispersa em áreas com risco de incêndio classificado como alto a muito alto, sendo que as condições de edificabilidade estão perfeitamente definidas e as regras de gestão florestal estabelecidas. Pelo exposto, os efeitos esperados para o indicador apresentado é positivo significativo.	-
	Corporações de agentes envolvidos	Não sendo apontadas orientações específicas que respondam ao indicador apresentado, em virtude das suas funções e intervenção na sociedade e no território, espera-se um efeito positivo significativo na medida em que a segurança pública deverá ser mantida e os meios de prevenção e combate à ocorrência de incêndio deverão satisfazer o cumprimento do estabelecido no PMDFCI de Benavente bem como no Plano Operacional Intermunicipal.	-
Erosão	Uso do solo em áreas com risco de erosão	Considerando a actual carta de ordenamento, considera-se que os efeitos sobre os indicadores apresentados serão significativos positivos uma vez que são respeitadas as condicionantes do território não colocando em causa a manutenção das características sobre o domínio da erosão.	-
	Ocorrência de erosão		-
Cheias/Inundação	Área impermeabilizada	-	É de esperar que se verifique um aumento da área impermeabilizada no concelho, fruto do desenvolvimento económico e social que se pretende alcançar, sendo para tal necessário, em grande parte dos casos, promover a edificação em novos espaços. Inevitavelmente, este facto alterará

Domínios	Indicadores	Efeito Esperado Positivo	Efeito Esperado Negativo
			as funções naturais do solo, diminuindo a sua capacidade de infiltração e aumentando as escorrências superficiais. Sendo assim, considera-se que o efeito esperado é significativo mas não relevante.
	Uso do solo em áreas com risco de cheia/inundação	O uso do solo em áreas com risco de cheia/inundação apresenta duas categorias, florestal de conservação e espaço verde natural, pelo que se considera que os efeitos esperados são positivos significativos na medida em que não se comprometem bens ou a população, e a ocorrência destes eventos terá efeitos na paisagem natural.	-
	Ocorrência de cheia/inundação	Espera-se que os efeitos ao nível dos indicadores apresentados sejam positivos significativos visto que, ciente das vulnerabilidades biofísicas do território, são estabelecidas orientações e medidas que atendem à minimização dos efeitos face à ocorrência de eventos de cheia/inundação. É, no entanto, de todo impossível prever se face à ocorrência de eventos extremos imprevisíveis como os que se têm verificado nos últimos anos, estas serão o garante da segurança total de bens e pessoas.	-
	Áreas inundadas		-
	Medidas de contenção face à ocorrência de cheia/inundação		-
	Edifícios sensíveis em áreas de risco de cheia/inundação	Dada a delimitação definida para as áreas com risco de cheia/inundação, não se verifica a presença de edifícios sensíveis nestas áreas, pelo que, dando cumprimento ao estabelecido no Regulamento, os efeitos esperados são significativos positivos.	-
	Zonas densamente povoadas em áreas de risco de cheia/inundação	De igual forma para com o indicador anterior, e pelo mesmo motivo, considera-se que os efeitos serão positivos significativos dado que não serão comprometidos bens ou população face à ocorrência destes eventos.	-
Sismicidade	Exercícios de simulacro	É de esperar que as campanhas desenvolvidas pela Protecção Civil de informação e formação, bem como de preparação para a ocorrência destes eventos se continuem a desenvolver, considerando-se por este facto que os efeitos para o indicador apresentado serão positivos significativos.	-
Acidentes Industriais	Estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de Julho	Não se prevê na actual proposta de revisão do PDM a alocação no território de estabelecimentos abrangidos pela referida legislação. Deste modo, considera-se que os efeitos esperados são significativos positivos pois a actual situação manter-se-á sem alterações.	-

5.3.6. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

Com o intuito de avaliar os efeitos das opções estratégicas assumidas pela proposta de revisão do PDM de Benavente apresenta-se no Quadro 24 a relação destas com os indicadores estabelecidos para o FCD – Agentes de Desenvolvimento.

Quadro 24 - Avaliação dos efeitos das opções estratégicas da proposta de revisão do PDM de Benavente nos indicadores estabelecidos para o FCD – Agentes de Desenvolvimento

Dominios	Indicadores	Efeito Esperado Positivo	Efeito Esperado Negativo
Acção Social	Número de agentes envolvidos	Com as novas dinâmicas a serem introduzidas no território, nomeadamente no que se refere ao desenvolvimento do turismo e ao crescimento do sector secundário, espera-se que venham a ser dinamizadas	-
	Tipologia de agentes envolvidos	Espera-se que todos os agentes identificados venham a participar activamente para a prossecução do modelo de desenvolvimento estratégico delineado para o Concelho. Desta forma, considera-se que os efeitos esperados para este indicador sejam positivos significativos.	-
	Acções desenvolvidas pelos agentes	Decorrente do modelo de desenvolvimento e da aposta no sector do turismo, é de esperar um efeito positivo significativo para a prossecução deste indicador uma vez que o envolvimento das agentes é indispensável a uma boa estratégia de marketing.	-
	Acções promovidas pela Câmara que tenham envolvimento e participação dos Agentes	Para que a concretização da estratégia de desenvolvimento seja efectiva e da mesma advenham os benefícios esperados é importante que se verifique o envolvimento de todos os agentes, quer na divulgação, quer na criação de uma cultura concelhia e imagem de marca. Só deste forma se conseguirão alcançar novos mercados e novos investidores. Visto que tal é um aspecto reconhecido pelas opções estratégicas definidas para o Plano bem como pelo município, é esperado que os efeitos esperados sejam positivos significativos, no intuito de alcançar o desenvolvimento económico e a notoriedade para o território.	-
	Utilização de novas tecnologias de comunicação e informação (Portal digital)	As novas tecnologias são hoje em dia, por si só, recursos de divulgação, desenvolvimento e inovação. Neste contexto cada vez mais as instituições apostam na sua utilização aos mais vários níveis. O sector do turismo é um grande utilizador destas ferramentas pois permite o acesso aos interessados em pontos distintos do território e até mesmo do país e do mundo, sendo uma das portas de entrada no território. Desta forma, os efeitos esperados sobre este indicador são positivos significativos uma vez que o município está empenhado em difundir o seu território em larga escala, como forma de cativar novos investimentos e pessoas.	-

5.4. OPORTUNIDADES E AMEAÇAS PARA O AMBIENTE PREVISTAS COM A IMPLEMENTAÇÃO DA PROPOSTA DE REVISÃO DO PDM DE BENAVENTE

5.4.1. DESENVOLVIMENTO DE BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL

No quadro seguinte são apresentadas, sinteticamente, as oportunidades e as ameaças de ocorrência provável com a implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente, organizadas para o FCD “Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial”.

Quadro 25 - Oportunidades e ameaças da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao FCD – Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Benavente é um território de oportunidade. • Agricultura, pecuária, coudelaria e floresta. • Produtos regionais. • Cultura do arroz, associada a espaços mais irrigados (rios Sorraia e Almansor). • A oliveira e a vinha são também importantes na economia agrícola. • A produção de carne dos bovinos criados na Companhia das Lezírias • A Rota da Vinha e do Vinho do Ribatejo. • O Azeite da Companhia das Lezírias é uma nova área de negócio. • A agro-pecuária, ligada ao cavalo. • A tradição hípica e tauromárquica. • A Coudelaria da Companhia das Lezírias e a criação do cavalo Puro-Sangue Lusitano. • Existência dos empreendimentos turísticos (Sto. Estêvão). • Turismo rural. • Turismo temático – Golfe, Hipismo. • O Estuário do Tejo e a Zona de Protecção Especial e as suas tradições populares relacionadas com o hipismo e a tauromaquia. • A sustentabilidade ambiental e natural. • Turismo, lazer e recreio. • Valorização do Sorraia. • O novo Aeroporto de Lisboa e o Eixo Lisboa – Madrid do TGV, constituem fortes factores de motivação da aposta. • Construção do pólo empresarial e de negócios de Benavente. • Espaço Multifuncional. 	<ul style="list-style-type: none"> • Território de desconcentração das actividades menos qualificadas da AML. • Perda de identidade-tradições locais. • Perda de níveis de competitividade se não houver qualidade e inovação nas ofertas de habitação, turismo e lazer. • Trânsito automóvel, de atravessamento no interior de Benavente Samora Correia. • Imagem pouco atractiva do parque comercial dos centros urbanos e das zonas industriais do concelho. • Fraca utilização dos loteamentos industriais. • Sustentabilidade ambiental das explorações agro-pecuárias.

5.4.2. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

Com o intuito de perceber de que forma o PDMB poderá ter impactes neste factor crítico de decisão, apresenta-se o quadro seguinte, onde são indicadas as principais ameaças e oportunidades que dele poderão advir.

Quadro 26 - Oportunidades e Ameças da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao FCD – Estruturação e requalificação urbana/Acessibilidade e mobilidade

Oportunidades	Ameças
<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação Urbana. • Os espaços públicos urbano. • Projecto modelo “casa típica”. • Espaços de recreio e de lazer, associados ao meio urbano. • Os “empreendimentos turísticos”. • Zonas residenciais integradas no meio natural. • Inversão da monofuncionalidade desqualificada. • Os percursos de referência. • Os produtos regionais. • Os rios Tejo e Sorraia. • Reinterpretação do papel dos eixos viários no tecido urbano. • Companhia da Lezírias, Investidores Privados... • Modernização da Linha de Setil a Vendas Novas • Novo aeroporto de Lisboa. • Futuro traçado do TGV. • Traçados alternativos de transporte público. • Rede de transporte público de passageiros. 	<ul style="list-style-type: none"> • Sub-urbanização-dormitório da AML/2.ª habitação • Transformação da propriedade rústica em propriedade urbana. • Promoção de terreno e construção para venda. • Ocupação com diferentes tipologias de construção e a sua organização em malhas independentes (manta de retalhos). • População desenraizada. • Subaproveitamento e desvalorização do património Natural. • Descaracterização e adulteração dos valores naturais. • Abandono dos ecossistemas ribeirinhos, com consequente destruição da riqueza biológica da paisagem. • Poluição da água e do solo. • Aumento da utilização do automóvel nas deslocações. • Atravessamento dos núcleos urbanos. • Sinalização rodoviária deficitária. • Estacionamento público. • Vazios urbanos.

5.4.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como os recursos turísticos naturais e histórico-culturais irão ser afectados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente. Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do FCD em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças.

Quadro 27 – Oportunidades e Ameças da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao FCD – Desenvolvimento Turístico

Oportunidades	Ameças
<ul style="list-style-type: none"> • Promoção da diversidade de recursos turísticos existentes, naturais, paisagísticos, patrimoniais, culturais e gastronómicos, como potenciadores do desenvolvimento económico sustentável do concelho • Aproveitamento das zonas ribeirinhas, para fomento de espaços verdes, de lazer e de recreio • Aposta no turismo diferenciado, encontrando modelos inovadores e que tirem partido da singularidade dos elementos naturais e culturais presentes a nível concelhio • Aposta no turismo rural 	<ul style="list-style-type: none"> • Perda da identidade local • Descaracterização dos espaços e formas de vida por uma actividade turística que possa ser mal planeada • Excessiva ocupação do espaço por empreendimentos turísticos que possam intensificar a sazonalidade (turismo de 2ª residência)

5.4.4. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL

5.4.4.1. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

São identificadas oportunidades e eventuais ameaças sobre os valores naturais, que podem ser originadas por via da acção directa e indirecta de instrumentos de conservação da natureza com implicações na gestão territorial, ou ainda por acções decorrentes de projectos que se poderão implantar na área sob influência do PDM de Benavente (Quadro 28).

Quadro 28 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao Domínio - Conservação e Valorização do Património Natural

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicação do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 • Gestão adequada dos valores naturais presentes nas Áreas Classificadas por via da aplicação do Plano de Gestão da ZPE do Estuário do Tejo 	<ul style="list-style-type: none"> • Eventual ameaça à conservação das espécies e habitats com importância para a conservação da natureza e biodiversidade implicada pela construção e exploração do Novo Aeroporto de Lisboa, bem como das dinâmicas da cidade portuária

5.4.4.2. QUALIDADE AMBIENTAL

O Quadro seguinte define as oportunidades e ameaças resultantes dos principais impactes estratégicos, positivos e negativos, relacionados com as acções inerentes à proposta de revisão do referido PDM, para o Domínio – Qualidade Ambiental.

Quadro 29 - Oportunidades e ameaças da proposta de revisão do PDM ao nível do Domínio – Qualidade Ambiental

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a percentagem de população servida por sistema de tratamento de águas residuais • Optimizar a eficiência do sistema de abastecimento de água • Reduzir as perdas de água no sistema de abastecimento • Melhorar o sistema de gestão de RSU • Aposta na criação de modelos de gestão sustentáveis do ponto de vista ambiental • Melhorar a qualidade de vida da população residente • Aposta em intervenções que promovam a mobilidade sustentável • Previsão de uma UOPG destinada à implantação de um Parque Multifuncional/Empresarial – pólo IV – Parque Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização e impermeabilização dos solos • Aumento da produção de resíduos • Aumento da produção de águas residuais domésticas e industriais • Aumento do consumo de água e de energia • Possível contaminação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos • Possível emissão de poluentes para a atmosfera • Possível aumento dos níveis de ruído • Aumento do volume de tráfego • Produção de impactes ambientais ao nível dos recursos hídricos, qualidade do ar e ruído devido à implantação do futuro aeroporto

5.4.4.3. PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

As oportunidades e as ameaças constituem a avaliação da forma como os valores patrimoniais irão ser afectados com a implementação da proposta de revisão do PDM de Benavente. Neste contexto, procede-se à averiguação e avaliação dos efeitos que esta revisão poderá provocar ao nível do património histórico e cultural em análise, identificando-se as suas oportunidades e ameaças.

Quadro 30 – Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM no que respeita ao Domínio – Património Histórico e Cultural

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Património construído do Concelho que pode representar um grande desenvolvimento e interesse turístico • Potencial arqueológico do concelho que poderá desenvolver o turismo ligado à exploração arqueológica • Preocupação em preservar os Imóveis Classificados e em Promover a Classificação de outros • Desenvolvimento do turismo possibilitando uma projecção e visibilidade do Concelho que contribuirá para potenciar as actividades económicas e sociais 	<ul style="list-style-type: none"> • Possível destruição do património arquitectónico e arqueológico devido à falta de conservação, nomeadamente o património que não tem estatuto de protecção • Perda de identidade do território a longo prazo

5.4.5. PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO DE RISCOS

Para o FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos, e para a concretização da presente proposta de revisão ao PDM, estudaram-se as oportunidades e as ameaças decorrentes das possíveis alterações que o plano permitirá concretizar no território. Pretende-se desta forma analisar os aspectos mais positivos bem como os negativos, em resultado da revisão do PDM (Quadro 31).

Quadro 31 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao FCD – Prevenção/Mitigação de Riscos

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de novos pólos de desenvolvimento económico e turístico com um aumento da competitividade do concelho • Recuperação e valorização paisagística dos vales e linhas de água como objectivo de potenciar o sector turístico • Desenvolvimento do turismo possibilitando uma projecção e visibilidade do Concelho que contribuirá para potenciar as actividades económicas e sociais, bem como valorizará a paisagem natural • Valorização comercial da floresta • Preservação da componente florestal e garantia das características locais, nomeadamente pela florestação com espécies autóctones • Delimitação para espaços para programas funcionais específicos, nomeadamente, industriais • Garantia da segurança das populações e bens por definição das distâncias de segurança para os estabelecimentos presentes no território integrados no Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de Julho 	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização dos solos face à implementação de novos projectos • Possibilidade de ocorrência de cheia/inundação face às características do território em análise • Risco de incêndio florestal e sobre património edificado por acção antrópica • Risco de erosão dos solos em consequência da ocorrência de incêndios • Risco de erosão face às características próprias daquele território • Risco de ocorrência de sismo • Possibilidade de perda das características do espaço florestal e utilização insustentável do mesmo por acção do poder económico em redor da sua valorização comercial com consequências na sua preservação e manutenção • Em consequência do ponto anterior, redução da capacidade e dos índices de sumidouro de carbono • Aumento da área impermeabilizada por localização do futuro aeroporto, facto que diminuirá a área de solo que manterá as suas funções naturais no território

5.4.6. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

Para o FCD – Agentes de Desenvolvimento, e para a concretização da presente proposta de revisão ao PDM, estudaram-se as oportunidades e as ameaças decorrentes das possíveis alterações que o plano permitirá concretizar no território. Pretende-se desta forma analisar os aspectos positivos bem como os negativos em resultado da revisão do PDM (Quadro 32).

Quadro 32 - Oportunidades e Ameaças da proposta de revisão do PDM de Benavente no que respeita ao FCD – Agentes de Desenvolvimento

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de uma cultura própria por participação e informação • Dinamização e promoção dos projectos por parte da população e dos diferentes agentes de desenvolvimento • Notoriedade do território • Aumento dos índices de qualidade de vida por integração dos cidadãos nos processos de decisão • Fixação populacional • Desenvolvimento económico e social • Coesão social 	<ul style="list-style-type: none"> • Fraca adesão participativa • Insatisfação populacional • População enquanto barreira à concretização do desenvolvimento

5.5. DIRECTRIZES PARA SEGUIMENTO

As directrizes para seguimento constituem orientações ou recomendações de carácter geral que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos da proposta de revisão do PDM de Benavente, e que melhor integram os princípios e objectivos da sustentabilidade.

5.5.1. DESENVOLVIMENTO DE BASE ECONÓMICA/EMPRESARIAL

Neste FCD, sugerem-se algumas recomendações para que a revisão do PDMB possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objectivos de sustentabilidade definidos para o domínio do FCD “Desenvolvimento da Base Económica/Empresarial”:

- Assumir a imagem das zonas industriais como preocupação.
- Orientar através de exemplos “projectos tipo” o espaço construído (armazéns, indústrias) e os espaços públicos.
- Programar a instalação de equipamentos e serviços de apoio empresarial.
- Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicações e partilha e troca de informação.
- Definir rede viária estruturante e clarificar a forma como se relaciona com a rede municipal.
- Promover um concurso de ideias para a qualificação da imagem da EN10 e EN118 nas zonas de maior concentração de actividades terciárias e secundárias.
- Potenciar os espaços de proximidade com os nós da A-10 e A-13.
- Desenvolver estudos de pormenor que garantam a coerência interna dos espaços e a articulação com a envolvente mas acima de tudo apostem na Imagem atractiva destas zonas como zonas empresariais de excelência.
- Garantir o acesso a todas as novas redes de comunicações e partilha e troca de informação.
- Oferecer espaços públicos e espaços verdes qualificados e um programa de serviços e equipamentos de apoio atractivo.
- Dinamizar o Gabinete do Investidor de forma a ser peça chave na atracção e selecção de sectores empresariais chave.
- Apostar nos serviços terciários qualificados em especial ensino superior e empresas de base tecnológica como âncoras possíveis.
- Oferecer espaços apropriados para a Logística em especial ao longo dos eixos da EN-10 e da EN-118.

- Explorar a possibilidade de instalar Serviços especializados de apoio às actividades existentes no domínio da investigação (Caso da Companhia das Lezírias por exemplo).
- Procurar incentivar uma forte relação entre o Pólo da Universidade Lusófona previsto para Santo Estêvão e a base económica local.
- Programar e capitalizar a presença de uma unidade de ensino universitário como factor de localização capaz de fixar e atrair um tecido empresarial mais qualificado.
- Apostar na produção de produtos de excelência e criar uma Imagem de Marca.
- Certificar produtos de qualidade.
- Divulgar e promover a nível regional e nacional os produtos locais – rotas temáticas.
- Divulgar Fundos de Apoio e de Incentivo a práticas agrícolas sustentáveis – medidas agro-ambientais.
- Incentivar à florestação com espécies autóctones e de maior valor – sobreiro, pinheiro manso.
- Estudar modelos de referência e integrar características endógenas criando produtos alternativos aos existentes no mercado.
- Criar rotas regionais apoiadas em sectores chave – ganadarias, coudelarias, gastronomia, recursos naturais.
- Criar infra-estruturas de suporte – alojamentos, restauração, equipamentos.
- Uma prioridade à inovação e à iniciativa, nomeadamente através da promoção de ligações mais estreitas entre os centros de investigação e a indústria.
- A garantia de um mercado de trabalho inclusivo, no qual sejam reduzidos o desemprego, bem como as disparidades sociais e regionais no que respeita ao acesso ao emprego.
- A protecção do ambiente, pelo facto disso representar um estímulo para a inovação, e introduzir novas tecnologias.

Utilizaram-se tempos verbais como o fomentar, o aumentar e o criar. Todavia, estas intenções carecem, de intervenções como a educação para o desenvolvimento sustentável. Espera-se com esta proposta de revisão do PDMB fomentar a organização espacial do território, melhorando a qualidade de vida das populações e criar condições para atingir níveis de desenvolvimento mais sustentáveis.

5.5.2. ESTRUTURAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO URBANA/ACESSIBILIDADE E MOBILIDADE

Neste FCD, sugerem-se algumas recomendações para que a revisão do PDMB possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objectivos de sustentabilidade definidos para o domínio do FCD “Estruturação e requalificação urbana/Acessibilidade e mobilidade”, nomeadamente:

- Reconversão de explorações Agro-pecuárias.
- Conformação de Espaços Industriais Existentes.
- Estruturação de Espaços Urbanos, revitalizando o centro, qualificando a periferia.
- Criar e estruturar uma rede qualificada de espaços de encontro e socialização, integrando espaços naturais complementares.
- Planear e desenhar novas avenidas/alamedas urbanas.
- Definição e preservação de espaços fundamentais ao equilíbrio territorial, devendo ser alvo de regras mais “apertadas” de uso e apropriação.
- Definição de modelos de ocupação do espaço natural vocacionados para o recreio e para o lazer e para a produção. Qualquer projecto para o solo rural deverá prever a conciliação destas duas actividades.
- Programar o tratamento dos largos, praças e jardins urbanos e criar percursos pedonais de ligação e relação entre eles.
- Manutenção dos tecidos e malha urbana existentes.
- Recuperação dos conjuntos e do carácter dos espaços.
- Articulação de urbanidades existentes e novas.
- Regulamentação da estética do construído (formas, volumes e cores).
- O Golfe, Hipismo, já realidades concelhias devem ser estudadas e integradas em programas turísticos mais latos.
- Gerir a procura do território como espaço de lazer e recreio.
- Áreas Multifuncionais sobre a A-10 e a A-13 .
- Reserva Estruturante para instalação - equipamentos de Uso Colectivo.
- Incentivar e educar os proprietários para o recurso a Programas de Apoio à reabilitação Urbana.
- Elaborar planos de urbanização para Benavente e Samora Correia que orientem e construam a legibilidade urbana, a programação de equipamentos, infra-estruturas e espaços públicos e garantam a relação equilibrada e legível entre o existente e o novo.

- Encontrar Modelos de baixa densidade no meio urbano e Modelos de Ocupação do meio rural.
- Implementação de novos eixos viários.
- Concretização da variante Nascente.
- Implementação de novas vias urbanas.
- Implementação de novos parques de estacionamento.
- Modernização e reestruturação da rede viária local.
- Intervir nos espaços de ligação da rede local à rede supra local.
- Projectar e executar as variantes à EN-118 nos três principais aglomerados (Benavente, Samora Correia e Porto Alto).
- Implementar Medidas de acalmia de tráfego – pavimento diferenciado, sinalética.
- Implementar uma rede de parques de estacionamento.
- Dar continuidade às intervenções de qualificação das frentes ribeirinhas.
- Estudar a possibilidade de utilização das linhas de água como canais de mobilidade e ligação com o exterior – transportes públicos fluviais e transportes de lazer e recreio.
- Garantir a defesa e o tratamento paisagístico das linhas de água que atravessam os aglomerados.
- Definir percursos de interesse paisagístico.
- Recuperar e reconverter para usos atractivos antigas estruturas agrícolas e assim permitir um maior contacto com sítios de interesse.
- Incentivar promotores ou entidades (por exemplo a companhia das Lezírias ou outras ligadas à fileira do cavalo) a apostarem em formas de turismo da natureza ou ecoturismo.

Utilizaram-se tempos verbais como o fomentar, o aumentar e o criar. Todavia, estas intenções carecem de intervenções como a educação para o desenvolvimento sustentável. Espera-se com esta proposta de revisão do PDMB fomentar a organização espacial do território, melhorando a qualidade de vida das populações e criar condições para atingir níveis de desenvolvimento mais sustentáveis.

5.5.3. DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

Para este FCD, com base nos indicadores identificados e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do plano pode ter sobre estes, sugerem-se algumas recomendações para que a proposta de revisão do PDM de Benavente possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objectivos de sustentabilidade definidos:

- Desenvolver acções de sensibilização para a protecção dos recursos naturais, nomeadamente no que se refere à Reserva Natural do Estuário do Tejo.
- Promover a conservação e valorização da biodiversidade e do património natural.
- Definir uma estratégia de turismo sustentável que englobe as diversas actividades turísticas que se podem concretizar no território.
- Definir percursos pedestres que potenciem a valorização dos recursos existentes.
- Dinamizar e promover acções de educação ambiental que considerem a prática de actividades turísticas no espaço natural e cultural do concelho.
- Promover o agro-turismo como actividade diferenciadora e promotora do desenvolvimento sustentável.

5.5.4. VALORIZAÇÃO AMBIENTAL, CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÓNIO CULTURAL

5.5.4.1. CONSERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DO PATRIMÓNIO NATURAL

Para este FCD recomenda-se o seguimento das seguintes directrizes de sustentabilidade:

- Implementação do plano de gestão para a ZPE.
- Respeito pelas orientações de gestão que estão previstas pelo Plano Sectorial da Rede Natura 2000.
- Adopção de boas práticas agrícolas nos terrenos inseridos em Rede Natura 2000.
- Em território abrangido pela área classificada deverão ser analisadas as pretensões de acções e de implementação de projectos tomando em consideração a tabela de “condições e critérios de avaliação de incidências ambientais” que se encontra divulgada para as Áreas Classificadas, Sítio PTCON0009 – Estuário do Tejo e Zona de Protecção Especial PTZEP0010 – Estuário do Tejo, em função do recomendado no PSRN2000 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho), aplicando-se para a avaliação de

impacte ambiental o procedimento definido Decreto-Lei nº 69/2000, de 3 de Maio, com a redacção dada pelo Decreto-Lei nº 197/2005, de 8 de Novembro).

5.5.4.2. QUALIDADE AMBIENTAL

Relativamente ao domínio “Resíduos” recomenda-se que se actue no sentido de:

- Aumentar a taxa de separação de resíduos, através da realização de campanhas de sensibilização ambiental dirigidas a vários tipos de público-alvo e do reforço do número de ecopontos;
- Assegurar que o surgimento de novas actividades económicas seja acompanhado pela implementação de um sistema de gestão de resíduos adequado, que responda às necessidades das unidades instaladas. As unidades industriais deverão ter em conta as boas práticas de gestão de resíduos, considerando o Princípio da Responsabilização e deverão cumprir os princípios da gestão de resíduos relativamente à redução, reutilização, reciclagem e recuperação dos resíduos produzidos.

Apesar do abastecimento de água para consumo no concelho de Benavente já abranger grande parte da população, foram definidas algumas recomendações, no domínio da “Água”, no sentido de:

- Aumentar a eficiência do sistema de abastecimento, analisando a eventual existência de perdas, procedendo à melhoria dos modelos de exploração da rede (captação, adução, distribuição) e analisando as possibilidades de reutilização.
- Prevenir a degradação da qualidade da água nas origens de captação, através do aumento da cobertura da rede de saneamento e drenagem de águas residuais, da melhoria do tratamento de águas residuais, combate à poluição difusa e reabilitação e valorização de corredores ribeirinhos.
- Promover o uso sustentável da água, através de acções de sensibilização dirigidas a diferentes tipos de público-alvo.
- Assegurar que o surgimento de novas actividades económicas seja acompanhado pela implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o destino final adequado das águas residuais domésticas e industriais.

A proposta de revisão do PDM de Benavente revela já alguma preocupação ao nível da salvaguarda dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos. Assim, o relatório sectorial que acompanha a proposta de revisão do Plano considera ser imprescindível a adopção de tecnologias que sejam apropriadas para o tratamento de águas residuais e propõe ainda uma medida mais específica ao nível das condutas de descarga dos efluentes produzidos em cada estabelecimento industrial, revelando que *“estas devem ser individuais e devem ter condições de modo a permitir um controlo efectivo e regular da qualidade dos efluentes independentemente do local onde venham a ser*

descarregados (rede de esgotos urbanos, linhas de água, bacias hidrográficas ou mar)". O relatório referido salienta ainda para a necessidade de impedir os loteamentos ilegais, que não possuem rede de drenagem e tratamento de águas residuais, e que por esse facto podem produzir impactes ambientais ao nível dos recursos hídricos existentes.

Ainda no que respeita ao domínio da "Água", de forma a salvaguardar e garantir a protecção e conservação dos recursos hídricos, nomeadamente dos recursos hídricos subterrâneos, o relatório de fundamentação da proposta de revisão do PDM de Benavente sugere um conjunto de preocupações que devem estar presentes em todos os níveis do processo de tomada de decisão.

Relativamente ao **ruído**, é possível, através da análise do mapa de ruído efectuado para o concelho de Benavente, definir o nível de ocupação do solo prevista para uma determinada zona, evitando a instalação de utilizações do tipo sensível (escolas, hospitais, entre outros) em áreas mais ruidosas, compatibilizando-se desta forma o uso do solo com os níveis de ruído existentes ou previstos.

Considerando que se prevê a instalação / ampliação de unidades industriais, de modo a acautelar uma eventual degradação da **qualidade do ar**, recomenda-se o seguinte:

- Assegurar que o surgimento de novas actividades económicas seja acompanhado pela implementação de sistemas de gestão eficientes para garantir o tratamento adequado de emissões poluentes para a atmosfera.

No que respeita à **energia**, recomenda-se que se actue no sentido de:

- Fomentar a implementação de sistemas industriais mais eficientes do ponto de vista energético.
- Fomentar a produção de energia a partir de fontes de energia renovável.

Acresce ainda salientar que a proposta de Regulamento do PDM de Benavente define, no seu artigo 9.º, o "*Regime Geral de Usos e de Compatibilidades*", revelando que existem razões de incompatibilidade "*quando da ocupação, utilização ou instalação de actividades, decorram incidências urbanas, ambientais e paisagísticas negativas, nomeadamente (...) produção de ruídos, fumos, cheiros ou resíduos que agravem as condições de salubridade ou dificultem o seu melhoramento*".

Revela ainda que a execução de projectos de recuperação / reconversão de espaços degradados são ainda admissíveis e desejáveis, embora sujeitos a uma avaliação de compatibilidade com o meio envolvente, sendo que estes espaços podem envolver a instalação de novas estruturas empresariais preferencialmente relacionadas com o sector ambiental, e devem integrar, obrigatoriamente, uma forte componente de recuperação paisagística dos sítios e os necessários cuidados ambientais.

De uma forma geral, para que a proposta de revisão do PDM de Benavente possa contribuir de forma positiva para o alcance dos objectivos de sustentabilidade, seria importante promover a

responsabilidade ambiental das unidades industriais/empresariais/turísticas instaladas ou a instalar no concelho fomentando, por exemplo, a implementação de sistemas de gestão ambiental.

5.5.4.3. PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL

De forma a permitir uma valorização adequada do Património Histórico e Cultural existente no concelho de Benavente, propõem-se as seguintes linhas de orientação e recomendações:

- As intervenções realizadas ao nível do património inventariado deverão ser apenas acções de recuperação e valorização, não permitindo a demolição de edifícios ou elementos.
- Sempre que essas acções possam diminuir ou prejudicar o seu valor patrimonial (alterações arquitectónicas e construtivas ou alterações volumétricas) a Câmara Municipal pode/deve indeferir essas intervenções.
- Deve ser solicitado parecer prévio à entidade da tutela quando ocorram trabalhos que envolvam a alteração do solo, nas áreas inventariadas.
- Deverão ser estabelecidos procedimentos específicos de salvaguarda arqueológica no âmbito dos instrumentos de gestão territorial (Plano de Urbanização e Plano de Pormenor), de acordo com a legislação aplicável.
- Deverá ser promovida a salvaguarda e valorização de forma integrada do património concelhio, sempre que seja necessária a execução de infra-estruturas que tragam implicações sobre o património concelhio.
- Sempre que haja ocorrência de achados arqueológicos, no seguimento de intervenções no território (e.g. trabalhos de reflorestação e infra-estruturação), de acordo com a legislação aplicável, o mesmo terá de ser comunicado à administração do património cultural competente ou à autoridade policial.
- Fomento da inclusão, em planos e programas futuros a elaborar pela autarquia, do registo dos hábitos culturais dos seus habitantes, de forma a ir ao encontro das suas necessidades.
- Necessidade de acompanhamento das intervenções a efectuar no território com afectação no património por parte de um arqueólogo.
- Na elaboração de Planos de Pormenor ou Planos de Urbanização para áreas onde seja reconhecida a existência de sítios arqueológicos, recomenda-se que o mesmo seja objecto de acompanhamento por parte de um arqueólogo.
- Sempre que na sequência dos estudos elaborados resultem a elaboração de trabalhos ou estudos na área da arqueologia, estes devem ser coordenados, obrigatoriamente, por um arqueólogo.

5.5.5.PREVENÇÃO / MITIGAÇÃO DE RISCOS

Com base nos indicadores identificados, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do PDM poderá ter sobre estes, foram identificadas medidas de minimização e/ou prevenção dos efeitos bem como de monitorização face à execução do mesmo. As directrizes para seguimento serão apresentadas por domínio, ou seja: risco de incêndio, risco de erosão, risco de cheia/inundação, sismicidade e acidentes industriais.

RISCO DE INCÊNDIO

Apresentam-se de seguida as medidas de acompanhamento a ter em conta face à possibilidade de ocorrência de risco de incêndio.

- Avaliação periódica do risco de incêndio no Concelho e divulgação do mesmo.
- Implementação das medidas e acções estabelecidas nos planos de prevenção e combate a incêndios florestal e sobre património edificado (quer no que se refere a dotação de meios - pontos de água, equipas de prevenção, sistemas de alerta e combate, equipamentos disponíveis, etc. – ou realização de actividades específicas).
- Elaboração de relatórios de situações de risco e/ou emergência face à probabilidade/ocorrência de incêndio florestal ou sobre património edificado, com avaliação do espaço ardido (número de acontecimentos, ha área ardida, edifícios afectados, população humana afectada), tempos de resposta dos meios de intervenção (min) bem como das perdas patrimoniais em consequência de incêndio (euros).
- Adopção de técnicas construtivas dos edifícios que contribuam para o aumento da resistência destes ao risco de incêndio.

Dever-se-á também garantir o cumprimento dos requisitos legais, nomeadamente no que se refere às obrigadoriedades estabelecidas no Decreto-lei n.º 254/2007 de 12 de Julho (Directiva SEVESO II) bem como no Regulamento Geral de Segurança Contra Incêndio em Edifícios (RG-SCIE) (Decreto-lei n.º 220/2008 de 12 de Novembro).

RISCO DE EROSÃO

Os processos erosivos têm comportamentos diferenciados, que dependem das características do meio físico e também das intervenções antrópicas. Sendo assim, as medidas de acompanhamento propostas são as seguintes:

- Implementação de medidas estruturais que envolvam microdrenagem, macrodrenagem, estabilização de talvegues e taludes e medidas não estruturais (preventivas) como por exemplo realizar o planeamento urbano e a gestão do uso do solo nas áreas identificadas com risco de erosão.
- Sempre que se registar a necessidade de uma nova construção, deverão ser tidas em consideração as medidas que acautelem os processos erosivos do solo devendo para tal, quando necessário, ser equacionadas medidas de estabilização de taludes, contemplando as necessárias intervenções de reflorestação.
- Deverão ser asseguradas todas as condições de estabilidade sobretudo ao nível da abertura de taludes e aterros construídos.
- Estes mesmo taludes e aterros devem manter funcionais todas as estruturas de drenagem construídas. A sua reflorestação evitará a escorrência das águas, garantindo a sua estabilidade e diminuindo os riscos de erosão.
- Fomentar a reabilitação ecológica da área florestal e outras onde tal seja possível através da implementação de um plano de requalificação do coberto vegetal, designadamente nas áreas de REN classificadas como áreas com risco de erosão.
- Estabelecimento de um plano de prevenção da erosão urbana com base no ordenamento do assentamento urbano, estabelecendo-se normas básicas para evitar problemas futuros e evitar situações que favoreçam o desencadeamento do processo erosivo; no caso dos espaços já ocupados, reduzir ou eliminar os possíveis efeitos negativos dessa ocupação.
- Nas avaliações do impacto de infra-estruturas subterrâneas e de superfície, bem como das construções urbanas, o Concelho deverá ter em conta os seus efeitos sobre o fluxo natural das águas superficiais e subterrâneas, incluindo medidas de conservação do solo permeável e tenha igualmente em conta o efeito da fragmentação de leitos naturais, espaços e habitats aquando da sua planificação.
- Numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, a topografia, a estrutura e o relevo natural do terreno deverão ser respeitados durante os processos de urbanização, sendo necessário: limitar a impermeabilização do solo e a deformação da morfologia natural e do relevo bem como um maior controlo sobre o desaparecimento dos solos e prevenção do impacto ambiental.

- Devem ainda ser tidas em consideração a implementação de medidas de prevenção da erosão hídrica e de protecção do solo já que estas contribuem para a redução do risco de cheias.

RISCO DE CHEIA/INUNDAÇÃO

Ao nível dos riscos de cheia e inundação devem ser equacionadas algumas medidas que previnam estes riscos naturais, nomeadamente:

- Estabelecimento do zonamento do risco de cheia com identificação clara das fragilidades e condicionamentos daquelas zonas bem como estabelecimento de um plano de prevenção, alerta e minimização dos efeitos face à ocorrência de eventos desta natureza.
- Os processos de licenciamento de obras devem assegurar que as intervenções nas linhas de água sejam amplas e não apresentem estrangulamentos por via de construção de travessias, para que a água que converge rapidamente para as depressões, oriundas das áreas adjacentes, tenha condições para uma rápida drenagem para os grandes cursos de água.
- Assegurar que áreas adjacentes a zonas a intervencionar apresentem sectores permeáveis significativos, nomeadamente, assegurar a manutenção e/ou criação de espaços verdes, permitindo desta forma a infiltração da água da chuva.
- As linhas de drenagem devem ser libertas de qualquer intervenção e limpas com alguma regularidade, pois poderão ser importantes durante episódios de forte intensidade de precipitação.

SISMICIDADE

No que concerne às medidas de acompanhamento face ao risco de ocorrência de sismos, as mesmas são:

- Estabelecimento de regras adequadas à construção anti-sísmica, em função dos índices de intensidades de perigosidade do Concelho.
- Estabelecimentos de planos de prevenção e emergência face à ocorrência de sismos.
- Promoção de acções de informação e sensibilização da população e instituições.
- Promoção da realização de exercícios de simulacro.

ACIDENTES INDUSTRIAIS

Dado que estes integram a probabilidade de risco de derrame, de explosão ou de incêndio tem-se:

- Deverão ser estabelecidas as distâncias de segurança para os estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei n.º 254/2007 de 12 de Julho.

Importa ainda referir que se torna importante a informação e sensibilização das populações e entidades face às características biofísicas do Concelho e às possibilidades de risco decorrentes das mesmas. A Câmara Municipal de Benavente já realiza actividades neste sentido e dispõe de informação no seu sítio no espaço internet, devendo garantir a divulgação desta informação e a actualização da mesma. Este aspecto é crucial pois permite às populações uma actuação rápida e eficaz em situação de risco.

5.5.6. AGENTES DE DESENVOLVIMENTO

Com base nos indicadores identificados, e nos efeitos previsíveis que a implementação da proposta de revisão do PDM poderá ter sobre estes, foram identificadas medidas de minimização e/ou prevenção para o FCD – Agentes de Desenvolvimento:

- Estabelecimento de acções de informação, sensibilização e esclarecimento face às diferentes temáticas a atender.
- Realização de Workshops temáticas para públicos-alvo distintos.
- Divulgação de actividades garantindo-se que esta é dada a conhecer a toda a população.
- Dinamização de actividades em parceria com os agentes de desenvolvimento que demonstrem a relação entre os decisores e poder local e regional e os cidadãos e população em geral.
- Desenvolvimento de uma cultura de transparência e visibilidade das actividades concelhias com proximidade à população.

6. QUADRO DE GOVERNANÇA PARA A ACÇÃO

O quadro de governança para a acção é fundamental para o sucesso da revisão do PDM de Benavente, uma vez que identifica as responsabilidades institucionais dos vários intervenientes na AAE, em todo o processo de implementação do próprio Plano. Entendendo-se governança “como o conjunto de regras, processos e práticas que dizem respeito à qualidade do exercício do poder, essencialmente no que se refere à responsabilidade, transparência, coerência, eficiência e eficácia” (Partidário 2007), identifica-se um quadro de governança para a revisão do PDM de Benavente, que garanta o cumprimento dos objectivos definidos relativamente aos FCD definidos, bem como à concretização das directrizes propostas.

Desta forma, são identificadas as entidades e os agentes que se considera ter um papel primordial na operacionalização, monitorização e gestão das acções previstas na futura revisão do PDM, auferindo-lhes os conceitos de sustentabilidade ambiental e territorial (Quadro 33).

Quadro 33 – Quadro de Governança para a Acção

Entidades	Acções
Ministério de Economia – Delegação Regional de Lisboa e Vale do Tejo	-Monitorizar e acompanhar todo o processo de licenciamento industrial subsequente ao plano.
Instituto da Água	-Manter actualizados os resultados da monitorização da qualidade da água. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Agência Portuguesa do Ambiente/Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo	-Manter actualizados os resultados da monitorização da qualidade da água e da qualidade do ar. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública. -Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Administração Regional da Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	-Acompanhar a fase de monitorização do Plano.
Ecolezíria – Empresa Intermunicipal para o Tratamento de Resíduos Sólidos	-Garantir e acompanhar todo o processo de recolha e tratamento de Resíduos.
Câmara Municipal de Benavente	-Desenvolver processos de participação pública. -Garantir a execução da solução urbanística do Plano de uma forma integrada no suporte biofísico. -Tratar os espaços não edificados e garantir um enquadramento paisagístico adequado. -Garantir e operacionalizar a recolha e tratamento de resíduos. -Monitorizar os valores de Ruído Ambiental decorrentes da execução do Plano. -Articular com todas as entidades intervenientes no processo de AAE para que a implementação das acções previstas na revisão do PDM decorram de forma sustentável. -Prestar apoio e informação ao nível da procura e oferta de emprego. -Promover acções de formação e valorização profissional. -Cumprir as medidas que venham a ser impostas na Declaração Ambiental. -Fomentar e apoiar os processos de participação pública.
Juntas de Freguesia	-Operacionalização de operações de gestão de resíduos. -Fomentar diferentes formas de participação pública.
População em geral	-Contribuir para o alcance das metas estabelecidas. -Participar activamente nos processos de consulta pública.

7. ORIENTAÇÕES PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE UM PLANO DE CONTROLO

Para que a proposta de revisão do PDM de Benavente apresente uma contribuição efectiva e positiva para o desenvolvimento sustentável local, regional e global, importa que sejam definidas orientações para a implementação de um Plano de Controlo e que este seja concretizado e monitorizado.

Estas orientações para um Plano de Controlo apresentam os indicadores de sustentabilidade considerados pertinentes para a fase de acompanhamento e seguimento das diferentes fases de implementação do presente PDM, e podem ser consultadas no Capítulo 7 “Orientações para a implementação de um Plano de Controlo”, do Relatório Ambiental.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de Avaliação Ambiental Estratégica da proposta de revisão do PDM de Benavente foi metodologicamente adaptado ao grau de maturidade dos trabalhos da proposta de revisão do PDM em análise.

A Avaliação Ambiental Estratégica desenvolveu a sua análise suportada em seis Factores Críticos de Decisão, determinados na fase de definição do âmbito:

- Desenvolvimento de base económica/empresarial
- Estruturação e Requalificação Urbana/Acessibilidade e mobilidade
- Desenvolvimento Turístico
- Valorização Ambiental, Conservação da Natureza e do Património Cultural
- Prevenção / Mitigação de Riscos
- Agentes de Desenvolvimento

Na avaliação efectuada não foram evidenciados/identificados impactes ambientais negativos significativos que não possam ser alvo da aplicação de medidas de gestão ambiental, apresentadas nas orientações para a implementação de um Plano de Controlo (Capítulo 7 do Relatório Ambiental).

Evidencia-se, neste contexto, a importância do acompanhamento da implementação do PDM de Benavente em análise, através da actualização periódica do Plano de Controlo proposto, de forma a monitorizar a evolução dos principais indicadores de sustentabilidade, face às metas estabelecidas em documentos estratégicos, que poderão ter influência directa nas questões relacionadas com o ordenamento do território e na qualidade ambiental da área de análise.

Benavente, 15 de março de 2015

